

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Margarida Antonieta Gomes dos Santos

O Euro e a Banca Portuguesa: Efeitos Esperados versus Efeitos Efetivos

outubro de 2013



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Margarida Antonieta Gomes dos Santos

O Euro e a Banca Portuguesa: Efeitos Esperados versus Efeitos Efetivos

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

Trabalho realizado sob orientação da

Professora Doutora Maria João Thompson

Declaração

Nome:

Margarida Antonieta Gomes dos Santos

Endereço eletrónico:

margaridaagsantos@gmail.com

Título da dissertação:

O Euro e a Banca Portuguesa: Efeitos Esperados versus Efeitos Efetivos

Orientador(es):

Professora Doutora Maria João Thompson

Designação do Mestrado:

Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

Ano de Conclusão: **2013**

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEUTOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho: ____/____/____

Assinatura:

Agradecimentos

A presente dissertação foi desenvolvida ao longo deste último ano letivo e é resultado de um trabalho de pesquisa intensivo e trabalhoso. A sua elaboração dependeu da contribuição relevante de diversas pessoas, as quais merecem ser mencionadas.

Em primeiro lugar gostaria de prestar o meu agradecimento à Professora Doutora Maria João Thompson, pela sugestão do tema, bem como pela disponibilidade demonstrada para a orientação do meu trabalho e pela sua correção.

Gostaria também de agradecer ao Instituto de Formação Bancária, que me facultou o acesso a diversa informação imprescindível para a realização desta dissertação.

Seguidamente gostaria de agradecer aos meus amigos pela ausência nos nossos convívios, e pela sua compreensão.

Gostaria de agradecer aos meus pais, porque sem a ajuda deles todo o meu percurso académico não teria sido possível. Aos meus sobrinhos, que de uma forma ingénua tiveram o seu contributo.

Por último, e não menos importante gostaria de agradecer ao Rui, pois sem ele, hoje, não teria prosseguido os meus estudos superiores ao nível do Mestrado. Gostaria de lhe agradecer também por toda a paciência demonstrada e por todas as correções que relevantemente me foi aconselhando.

Muito obrigada.

O Euro e a Banca Portuguesa: Efeitos Esperados versus Efeitos Efetivos

Resumo

O dia 4 de Janeiro de 1999 ficará marcado na história da União Europeia como a data em que a moeda única Europeia, o Euro, foi introduzida no primeiro grupo de países que a adotaram. Com a entrada em vigor desta moeda, iniciou-se assim a terceira fase da União Económica e Monetária.

Nos anos que antecederam este momento histórico, diversas previsões foram desenvolvidas em torno dos efeitos que o Euro teria sobre a atividade bancária dos países da Zona Euro. Esperava-se que o Euro tivesse efeitos positivos bem como efeitos negativos sobre a Banca.

Mais de uma década passou desde o nascimento desta moeda, e parece pertinente questionar agora se as previsões feitas na época Pré Euro se verificaram na realidade. É este o objetivo do presente trabalho.

Para tal, efetua-se um levantamento literário de todas as previsões feitas relativamente aos efeitos do Euro sobre a atividade e resultados dos bancos da Zona Euro, em particular da Banca Portuguesa. De forma a averiguar se tais previsões se verificaram, seleciona-se, em primeiro lugar, variáveis capazes de quantificar cada previsão. Em seguida, para cada uma das variáveis escolhidas, compara-se valores Pré Euro com valores Pós Euro.

O presente estudo confrontou-se com várias limitações, nomeadamente a escassez de dados bibliográficos bem como de dados estatísticos, não tendo por isso sido possível analisar todas as previsões. Ainda assim, é possível concluir, em termos gerais, que de todas as previsões sobre os efeitos do Euro analisadas, as que indicavam efeitos benéficos para a Banca foram as que mais se confirmaram.

Palavras-chave: Euro; União Económica e Monetária; Zona Euro; Banca Portuguesa; Banca Europeia.

The Euro and the Portuguese Banking: Expected Effects versus Effective Effects

Abstract

The 4th of January of 1999, will be remembered in the history of the European Union as the date in which the European single currency, the Euro, was introduced in the first group of countries who have adopted it. The entry into force of the Euro began the third stage of the Economic and Monetary Union.

In the years leading up to this historic moment, several forecasts were developed concerning the effects that the Euro would have on the activity of the banking institutions of the Euro Zone. The Euro was expected to have positive as well as negative effects on banking activities in the Euro Zone.

More than a decade has passed since the birth of this currency, and it seems relevant to ask now whether the predictions made at the Pre Euro time have actually occurred. Such is the goal of the present study.

With this purpose, we perform a literary survey of all predictions regarding the effects of the Euro on the activity and results of Euro Zone banks, particularly the Portuguese banks. In order to ascertain whether such predictions were verified, firstly we select variable that can give us a quantitative measure of each prediction. Then, for each of the chosen variables, we compare its Pre Euro values with Pots Euro ones.

The present study has been confronted with several limitations, including the lack of bibliographic data as well as statistical data, and therefore it has not been possible to analyze all predictions. Still, it is possible to conclude that, in general, amongst all the analyzed predictions about the Euro effects, those indicating beneficial effects for Euro Zone banks were the most confirmed.

Key words: Euro; Economic and Monetary Union; Eurozone; Portuguese Banking; European Banking.

Índice Geral

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Índice Geral	ix
Índice Informativo	xv
Índice de Siglas	xxi
Capítulo I – Introdução	1
Capítulo II – Revisão de Literatura.....	3
2.1. Constituição de uma União Monetária na Europa	3
2.2. Impacto do Euro na Banca.....	5
2.2.1. Banca Europeia	6
2.2.1.1. Desvantagens	8
2.2.1.2. Vantagens.....	13
2.2.2. Banca Portuguesa	16
2.2.2.1. Desvantagens	17
2.2.2.2. Vantagens.....	23
2.2.3. Conclusão	28
2.3. Medidas compensatórias	29
Capítulo III – Metodologia	31
3.1. Apresentação geral	31
3.1.1. Países do estudo	33
3.1.2. Período do estudo.....	33
3.1.3. Base de dados.....	34
3.1.4. Indicadores.....	35
3.1.4.1. Desvantagens	36

3.1.4.2.	Vantagens.....	38
3.1.5.	Formulação das Hipóteses.....	39
3.1.5.1.	Desvantagens	39
3.1.5.2.	Vantagens.....	39
3.2.	Limitações	40
Capítulo IV – Estudo de Caso.....		42
4.1.	Desvantagens	42
4.1.1.	Custos Diretos Transitórios	43
4.1.1.1.	Tecnologias de Informação.....	43
4.1.1.2.	Marketing e Relações Públicas	46
4.1.1.3.	Formação do Pessoal.....	48
4.1.1.4.	Conclusão.....	49
4.1.2.	Perdas de Postos de Trabalho.....	49
4.1.2.1.	Portugal	50
4.1.2.2.	Média dos Países da UEM	51
4.1.2.3.	Conclusão.....	51
4.1.3.	Perdas em Operações Cambiais	52
4.1.3.1.	Conclusões	53
4.1.4.	Redução das Taxas de Juro	54
4.1.4.1.	Taxas de Juro de Depósitos.....	54
4.1.4.2.	Taxas de Juro de Empréstimos.....	57
4.1.4.3.	Margem Financeira	60
4.1.4.4.	Conclusão.....	61
4.1.5.	Intensificação da Concorrência	61
4.1.5.1.	Conclusão.....	62
4.1.6.	Custo do Funding	62

Universidade do Minho
Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

4.1.6.1.	Conclusão.....	63
4.2.	Vantagens.....	63
4.2.1.	Uma Moeda Nacional Forte.....	64
4.2.1.1.	Conclusão.....	65
4.2.2.	Baixa Inflação	66
4.2.2.1.	Portugal	67
4.2.2.2.	Médias dos Países da UEM	72
4.2.2.3.	Conclusão.....	72
4.2.3.	Maior Concorrência	73
4.2.3.1.	Conclusão.....	73
4.3.	Vantagens e Desvantagens não-quantificadas	74
4.4.	Conclusão Geral do Estudo de Caso	76
Capítulo V –	Conclusão.....	80
Referências Bibliográficas		83

Índice Informativo

Quadros

Quadro 1 – Custos diretos de introdução do Euro por áreas funcionais.....	10
Quadro 2 – Custos diretos de introdução do Euro por produto.....	11
Quadro 3 – Indicadores da amostra	35
Quadro 3 – Indicadores da amostra (Continuação)	36
Quadro 4 – Desvantagens e respetivos indicadores	36
Quadro 4 – Desvantagens e respetivos indicadores (Continuação)	37
Quadro 5 - Vantagens e respetivos indicadores.....	38
Quadro 6 – Indicadores em termos monetários referentes às Tecnologias de Informação entre 1995 e 2009 para Portugal	43
Quadro 7 – Indicadores em termos monetários referentes a custos de Marketing e Relações Públicas para entre 1995 e 2009 Portugal.....	46
Quadro 8 – Indicador em termos monetários referente à Formação do Pessoal entre 1995 e 2009 para Portugal	48
Quadro 9 – Indicador referente às Perdas de Postos de Trabalho entre 1999 e 2011 para Portugal	49
Quadro 10 – Indicador referente às Perdas de Postos de Trabalho entre 1999 e 2011 para a média dos 11 países da UEM	49
Quadro 11 – Indicador em termos monetários referente às Perdas em Operações Cambiais entre 1995 e 2011 para Portugal	52
Quadro 12 – Indicador em termos monetários referente às Taxas de Juro de Depósitos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM	54
Quadro 13 – Indicador em termos monetários referente às Taxas de Juro de Depósitos entre 1995 e 2011 para Portugal	54
Quadro 14 – Indicador em percentagem referente às Taxas de Juro de Empréstimos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM	57
Quadro 15 – Indicador em percentagem referente às Taxas de Juro de Empréstimos entre 1995 e 2011 para Portugal.....	57

Quadros

Quadro 16 – Indicador em termos monetários referente à Margem Financeira entre 1995 e 2011 para Portugal	60
Quadro 17 – Indicador em termos monetários referente ao Funding entre 1995 e 2011 para Portugal	62
Quadro 18 – Indicador em percentagem referente às Taxas de Câmbio EUR/USD entre 1999 e 2011.....	64
Quadro 19 – Indicador em termos monetários referente aos Empréstimos entre 1999 e 2011 para a média dos 11 países da UEM.....	66
Quadro 20 – Indicador em termos monetários referente ao Crédito a Clientes entre 1995 e 2011 para Portugal.....	66
Quadro 21 – Indicador em termos monetários referente ao Crédito Concedido por Setor de Atividade entre 1995 e 2009 para Portugal.....	68

Gráficos

Gráfico 1 – Evolução temporal em Euros do indicador Investimentos em Meios Informáticos entre 1995 e 2009 para Portugal	44
Gráfico 2 – Evolução temporal em Euros do indicador Investimentos em Telecomunicações entre 1995 e 2009 para Portugal	45
Gráfico 3 – Evolução temporal em Euros do indicador Gastos em Publicidade Avulsa entre 1995 e 2009 para Portugal.....	46
Gráfico 4 – Evolução temporal em Euros do indicador Gastos em Campanhas Publicitárias entre 1995 e 2009 para Portugal	47
Gráfico 5 – Evolução temporal em Euros do indicador Gastos em Formação entre 1995 e 2009 para Portugal.....	48
Gráfico 6 – Evolução temporal do indicador N° de Empregados entre 1999 e 2011 para Portugal	50
Gráfico 7 – Evolução temporal do indicador N° de Empregados entre 1999 e 2011 para a média dos 11 países da UEM.....	51
Gráfico 8 – Evolução temporal em Euros do indicador Operações Cambiais e Instrumentos Derivados entre 1995 e 2011 para Portugal	52

Gráficos

Gráfico 9 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Depósitos entre 1995 e 2011 para Portugal	55
Gráfico 10 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Depósitos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM	56
Gráfico 11 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Empréstimos entre 1995 e 2011 para Portugal.....	58
Gráfico 12 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Empréstimos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM	59
Gráfico 13 – Evolução temporal em Euros do indicador Margem Financeira entre 1995 e 2011 para Portugal.....	60
Gráfico 14 – Evolução temporal em Euros da Margem Financeira entre 1995 e 2011 para Portugal	61
Gráfico 15 – Evolução temporal em Euros do indicador Funding entre 1995 e 2011 para Portugal	63
Gráfico 16 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Câmbio EUR/USD entre 1999 e 2011	64
Gráfico 17 – Evolução temporal em Euros do indicador Crédito a Clientes entre 1995 e 2011 para Portugal.....	67
Gráfico 18 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos a Intermediários Financeiros entre 1995 e 2009 para Portugal	69
Gráfico 19 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos a Seguradoras e Fundos de Pensões entre 1995 e 2009 para Portugal.....	70
Gráfico 20 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos ao Setor Administrativo entre 1995 e 2009 para Portugal	71
Gráfico 21 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos a Emp. Não Financeiras e Particulares entre 1995 e 2011 para Portugal.....	71
Gráfico 22 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM	72
Gráfico 23 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Empréstimos entre 1995 e 2011 para a Portugal.....	73

Índice de Siglas

- APB - Associação Portuguesa de Bancos
- BP - Banco de Portugal
- EBF - European Banking Federation
- ECU - European Currency Unit; Unidade Monetária Europeia
- EUA - Estados Unidos da América
- FRA - Forward Fate Agreement
- IME - Instituto Monetário Europeu
- PME's - Pequenas e Médias Empresas
- SEBC - Sistema Europeu de Bancos Centrais
- SLBTR - Sistemas de Liquidação por Bruto em Tempo Real
- SPGT - Sistema de Pagamentos de Grandes Transações
- TARGET - Trans-European Automated Real-Time Gross-Settlement Express Transfer.
- UEM - União Económica e Monetária
- UE - União Europeia

Capítulo I – Introdução

A criação de uma moeda única na Europa e suas consequências políticas, económicas, sociais e financeiras, constituiu objeto de muita análise e debate, ao longo dos anos noventa do século XX. O caso particular dos efeitos do Euro sobre o sistema bancário português mereceu também a atenção de muitos analistas e investigadores.

Importa lembrar que a introdução do Euro nos países da União Monetária Europeia fez-se através das suas instituições bancárias. Daí que Barbosa et al. (1999) tenham escrito, na altura, que o setor bancário seria um dos primeiros setores a sentir os efeitos da introdução da moeda única europeia. Também Neto (1996) e Mello (1997) identificaram várias vantagens e desvantagens esperadas para as instituições bancárias dos países que adotassem o Euro.

Treze anos passados, parece neste momento relevante investigar se as previsões sobre os efeitos do Euro na Banca, desenvolvidas na época precedente à introdução do Euro se verificaram de facto. Este é o objetivo da presente dissertação. Pretende-se, portanto, desenvolver um estudo comparativo entre os efeitos esperados, na época Pré Euro, e os efeitos efetivos, observados nesta era Pós Euro, da introdução do Euro sobre a actividade e resultados bancários.

A realização deste estudo comparativo foi bastante dificultada pela existência de poucos dados bibliográficos e estatísticos. Dermine (1996), de facto, refere que foram muito poucos os estudos publicados acerca dos impactos de uma moeda comum sobre a Banca Europeia. No contexto da União Económica e Monetária, apenas um estudo publicado recentemente pelo Banco Central Europeu faz referência a um dos efeitos previstos. A mesma escassez de estudos relativos ao impacto do Euro sobre a Banca se constata para o caso concreto de Portugal. Apenas o Banco de Portugal faz referência, nos seus Boletins Anuais, a algumas das previsões esperadas que realmente se concretizaram. Propõe-se assim contribuir para a literatura com o presente estudo comparativo. Ao mesmo tempo, oferece-se uma análise geral do setor bancário dos países que inicialmente adotaram a moeda única Europeia, e, em particular, uma análise da Banca Portuguesa.

Com este propósito em mente, em primeiro lugar, recolheu-se da literatura existente conhecimento e informações relevantes, identificando-se os principais efeitos esperados da

introdução do Euro sobre a atividade e resultados da Banca. Em seguida, escolheu-se variáveis que refletem, de forma quantitativa, cada um dos efeitos esperados. Para tal, foram formuladas hipóteses relativas a cada vantagem e desvantagem prevista na era Pré Euro. Finalmente comparou-se, para cada variável, valores Pré Euro com valores Pós Euro, retirando-se de cada comparação uma conclusão relativa à igualdade entre o efeito efetivo e o efeito esperado. Nos casos em que as hipóteses não puderam ser apuradas com base em dados quantitativos, procurou-se responder através do recurso a informação teórica.

Deste modo, a dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: A seguir a esta Introdução, no Capítulo II descreve-se o processo de introdução do Euro no sistema bancário português. Ainda neste capítulo enumera-se as previsões, elaboradas na era Pré Euro, acerca dos efeitos da introdução da moeda única sobre a atividade e resultados dos bancos Europeus, em geral, e dos bancos portugueses em particular. Por último, neste capítulo faz-se ainda referência às medidas que os bancos poderiam ter tomado para reduzir o impacto dos efeitos negativos previstos.

No Capítulo III, descreve-se o estudo realizado, apresentando-se: os países analisados, o período de análise, as bases de dados utilizadas, os indicadores selecionados para a análise comparativa, bem como as hipóteses a testar com o estudo de caso. São apontadas também as limitações encontradas ao longo do estudo, e que condicionaram a estrutura pretendida para o estudo de caso aqui proposto.

No Capítulo IV, apresenta-se e discute-se os resultados. Para os casos em que não foi possível obter dados numéricos, recorre-se a dados teóricos existentes na literatura. O capítulo é fechado com uma conclusão geral sobre o estudo de caso.

O Capítulo V sumaria as principais ideias e conclusões retiradas deste trabalho de pesquisa.

Capítulo II – Revisão de Literatura

O presente capítulo irá ser dividido em três secções. Na primeira, será feita a descrição do processo levado a cabo pelo sistema bancário português na introdução da moeda única europeia. Na segunda, serão enumeradas as previsões, apresentadas na era Pré Euro, relativamente aos efeitos que a introdução do Euro traria para os bancos Europeus, em geral, e para os bancos portugueses em particular. Por fim, na terceira secção, serão descritas as medidas que os bancos deveriam ter em conta de maneira a minimizarem o impacto negativo que se fazia prever com a introdução desta moeda.

2.1. Constituição de uma União Monetária na Europa

O processo de introdução da moeda única em Portugal distinguiu-se dos processos de implementação dos restantes países da Zona Euro. Tal distinção resulta do facto de não ter sido delineado um plano global nacional de transição por forma a guiar os trabalhos preparatórios para a introdução do Euro no sistema bancário português. Desta forma, para preparar o sistema bancário, o Banco de Portugal (BP) e a Associação Portuguesa de Bancos (APB) criaram grupos de trabalho internos, que interagiam com a Comissão do Euro do Ministério das Finanças.

Foi no início do ano de 1995 que o BP e a APB se juntaram para dar resposta ao questionário elaborado pelo Instituto Monetário Europeu (IME) acerca da preparação do sistema bancário português para a moeda única. Todos os países da União Europeia foram submetidos a este questionário e, com as respostas de cada país, foi possível verificar que o processo de transição para a União Económica e Monetária (UEM) podia avançar. O processo de transição acabou por ser confirmado na “Cimeira de Madrid”, em Dezembro de 1995.

Ao BP e APB juntaram-se, em 1996, mais quatro grupos de trabalho. Estes grupos foram imprescindíveis no processo de transição do sistema bancário, pois foram eles que recolheram a informação acerca das preferências e preocupações do setor bancário, bem como solucionaram problemas de adaptação às medidas que iam sendo implementadas. Tais trabalhos foram também supervisionados pela Comissão Europeia, através do Comité Monetário.

O final do ano de 1996 ficou marcado pela conclusão da fase referente aos trabalhos preparatórios para o início da política monetária única. Em Janeiro do ano seguinte, o Instituto

Monetário Europeu - Banco Central Europeu a partir de Julho de 1998 - publicou o relatório “A Política Monetária Única na Terceira Fase – Especificação do Quadro Operacional”, com a finalidade de dar a conhecer os aspetos operacionais da política monetária.

Este relatório foi fornecido aos bancos nacionais, no caso português, pelo BP, o qual mantinha os bancos informados de todos os trabalhos existentes sobre a preparação para a introdução da moeda única.

Em 1997, o Instituto Monetário Europeu explicou as especificações técnicas relativas ao enquadramento operacional do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Para isso, foram descritos pormenorizadamente os instrumentos e procedimentos para a composição da primeira política monetária do SEBC. Ainda neste ano o IME, em conjunto com os bancos centrais de cada país, deram continuidade aos trabalhos referentes à ligação do Sistema TARGET com os Sistemas de Liquidação por Bruto em Tempo Real (SLBTR) da UE. Já no segundo semestre de 1998, caracterizado pela fase final da introdução do Sistema TARGET, realizaram-se simulações que permitiram a ligação deste com o Sistema de Pagamentos de Grandes Transações (SPGT), via Interlinking.

Em Junho de 1998 foi criado o Banco Central Europeu (BCE), instituição responsável pela política monetária da Zona Euro. O seu surgimento ocorreu após a “Cimeira de 1-3 de Maio”, em que se determinou quais os países que iriam partilhar a moeda única.

Foi a 4 de Janeiro de 1999, com a introdução do Euro, que se iniciou a terceira fase da UEM¹. Em Portugal, a conversão de Escudos para Euros atravessou dois momentos. No primeiro momento, que durou três anos (de 1999 a 2001), a conversão foi parcial, sendo que todas as operações bancárias, tais como por exemplo, os empréstimos, os fundos de investimento, os cheques, entre outros teriam de ser apresentadas em Euros e em Escudos. Quanto às operações de bolsa, operações com o BP e liquidações bancárias, estas seriam realizadas

¹ Prevía-se que a UEM se desenvolvesse em 3 fases:

1º fase: (1 de Julho de 1990 – 31 de Dezembro de 1993) – Estava previsto a livre circulação de capitais, o aumento da cooperação entre bancos centrais, um esforço da coordenação das políticas económicas e a livre circulação do ECU.

2º fase : (1 de Janeiro de 1994 – 31 de Dezembro de 1998) – Criação do IME cujo objetivo seria preparar a criação do BCE, reforço da convergência das políticas económicas e reforçar a coordenação das políticas monetárias entre os bancos centrais.

3º fase: (1 de Janeiro de 1999 – 1 de Julho de 2002) – Fixação irrevogável das taxas de câmbio, o BCE gere a política monetária da zona Euro e a introdução do Euro como moeda única.

apenas em Euros. No segundo momento, em 2002, os bancos colocaram o Euro em circulação, substituindo todas as moedas e notas de Escudo pelas notas e moedas de Euro.

Ainda a 4 de Janeiro de 1999, e após várias fases para a sua introdução, foi lançado o sistema TARGET. Este teria como objetivo processar os pagamentos internacionais em Euros e em tempo real com um custo reduzido, detendo a mesma segurança existente nos pagamentos internos.

2.2. Impacto do Euro na Banca

A criação de uma moeda única na Europa seria mais um elemento que complementaria o “programa de constituição de um mercado único de serviços financeiros”². A construção deste mercado único faria parte de um projeto de globalização dos sistemas financeiros Europeus, a nível mundial. Porém, apesar da introdução de uma moeda comum à escala Europeia ser considerada como um elemento complementar, acreditava-se que este seria um dos passos mais importantes para a construção de um verdadeiro mercado único de serviços financeiros. Com a implementação desta moeda reduzir-se-iam as barreiras nacionais, dentro da UEM, que por sua vez iriam fazer aumentar as transações de produtos e serviços financeiros.

Tendo em conta que as moedas nacionais dos Estados-membros da UEM seriam substituídas por uma moeda única, o Euro, seria necessário rever a política monetária a qual passaria a ser de carácter supranacional, orientada pelo BCE.

Foi por via do setor bancário que o Euro foi introduzido nas economias dos países participantes, cabendo assim aos bancos a efetivação da terceira fase da União Europeia. Prevvia-se que, para que isto acontecesse, o setor da banca comercial teria de realizar um conjunto de medidas que levasse à adaptação ao novo sistema de pagamentos, à formação do respetivo pessoal e à divulgação de informação considerável ao público em geral.

As instituições bancárias Europeias deveriam ser por excelência, os principais destinatários das dúvidas que pudessem advir por parte dos cidadãos, acerca do Euro e da UEM. Caberia então aos cidadãos recorrer aos bancos para qualquer esclarecimento. De

² Barbosa et al. (1999).

maneira a que os bancos conseguissem responder a todas as dúvidas que pudessem surgir, estes teriam de realizar uma boa preparação dos seus colaboradores para esta nova fase, num curto espaço de tempo.

Prevvia-se que os anos iniciais da era Pós Euro seriam marcados por importantes e profundas transformações nos sistemas financeiros, mais concretamente nos setores bancários. Considerava-se também que a incerteza sobre quais os países que iriam adotar a moeda única, bem como quando é que a iriam adotar, provocaria um impacto negativo sobre os agentes económicos, em geral, e sobre as instituições bancárias em particular.

Na era Pré Euro, floresceram previsões sobre os custos e benefícios para o setor bancário da moeda única, sendo este indicado como um dos sectores que mais direta e rapidamente sentiria os efeitos do Euro³.

Segundo Neto (1996), a ideia transmitida para a opinião pública relativamente ao impacto do Euro na Banca, é de que este seria bastante negativo, e que estaria fundamentalmente ligado ao acréscimo de custos. Na verdade, os bancos iriam deparar-se com vários efeitos positivos e negativos da introdução da moeda única, e teriam de possuir capacidade para gerir convenientemente todas essas mudanças.

Nesta secção realizar-se-á uma análise dos impactos da adoção da moeda única no setor bancário Europeu, em geral, e no setor bancário português, em particular. Para tal, proceder-se-á ao levantamento das previsões sobre as desvantagens e vantagens, no curto e longo prazo, da introdução do Euro. Verificar-se-á também o impacto causado no setor bancário. Por fim apresentar-se-á um sumário de todos os impactos negativos e positivos previstos, tanto para a Banca Europeia, como para a Banca Portuguesa.

2.2.1. Banca Europeia

Neste subcapítulo será feita uma breve análise dos efeitos da introdução do Euro na Banca Europeia.

³ Barbosa et al. (1999).

Na era Pré Euro, previa-se que a introdução da moeda comum nos estados-membros da UEM viesse impor às instituições bancárias um enorme esforço de adaptação operacional, bem como exercer sobre estas uma forte influência estratégica que se deveria prolongar por alguns anos. Os custos de alteração de moedas que recairiam sobre os bancos deveriam ser encarados como oportunidades estratégicas de investimento para melhorar os seus sistemas informáticos, de organização interna, bem como a prestação de serviços aos clientes.

Prevvia-se também que a adoção do Euro implicaria, para as instituições bancárias, perdas de rendimentos provenientes do negócio da atividade cambial. Porém, esta alteração de moeda permitiria também a eliminação do risco de câmbio associado a transações de instrumentos antes denominados em diferentes moedas. Esperava-se igualmente que o desenvolvimento de um mercado único de serviços financeiros viria a contribuir para a redução progressiva das barreiras nacionais à transação de diferentes instrumentos, originando uma maior competitividade.

O Euro tornar-se-ia, acreditava-se, num desafio para os mercados financeiros, na medida em que uma maior integração estimularia uma maior concorrência, e consequentemente maior inovação financeira. Os bancos teriam deste modo de reagir, criando assim novos produtos e serviços em resposta à procura crescentemente exigente dos clientes e à pressão da concorrência.

Segundo Mello (1997), um estudo da Salomon Brothers a diversas instituições bancárias Europeias concluiu que a introdução do Euro levaria à eliminação de diversas barreiras à entrada nos mercados domésticos Europeus. O estudo mostrava que as barreiras que iriam desaparecer seriam: as que estariam associadas aos sistemas de pagamentos internacionais; as relacionadas com o comportamento dos consumidores; as que aceitariam as marcas estrangeiras; a transparência de funcionamento dos mercados, bem como o acesso dos bancos estrangeiros aos clientes de retalho.

A introdução da moeda única traria um conjunto de novas oportunidades e ameaças. Contudo, esperava-se que esta moeda viesse a eliminar as principais barreiras à consolidação da internacionalização de muitos serviços bancários.

2.2.1.1. Desvantagens

Com a adoção da moeda comum, os bancos seriam sujeitos a custos adicionais referentes à necessidade de adaptar todos os sistemas operacionais à nova realidade. Os investimentos previstos eram aqueles relacionados com as alterações nos sistemas de pagamentos e de informação, na formação de pessoal e no marketing.

Para além dos custos operacionais, os bancos sentiriam uma redução dos proveitos resultantes de operações cambiais, do *negócio de trading*, bem como com a redução do serviço de *correspondent banking*.

Todos estes impactos negativos far-se-iam sentir logo a curto prazo.

➤ **Custos diretos transitórios**

Um dos impactos negativos de curto prazo, mais esperado pelos analistas eram os custos diretos, de adaptação ou operacionais.

Barbosa et al. (1999) definiram os custos diretos como sendo aqueles custos que seriam “diretamente imputados às modificações operacionais a efetuar no sistema bancário, a fim de fazer face à introdução da nova moeda e à correspondente substituição, nas condições anunciadas, do escudo pelo Euro.”.

A elaboração da primeira estimativa destes custos, que ficou a cargo da Federação Bancária da União Europeia, teve por finalidade averiguar o valor dos custos diretos que o sistema bancário teria de suportar com a introdução da moeda única. Este estudo foi realizado em 1994, com particularidades distintas e operando em meios competitivos dissemelhantes, para mais de 100 instituições bancárias, dos quinze países da União Europeia⁴. No entanto, o estudo acabou por incidir apenas sobre catorze destes países, sendo Portugal o único país a ficar de fora nesta análise. Apesar de não ter entrado para o estudo, os resultados deste aplicaram-se de igual modo para todos os países da União Europeia.⁵

⁴ Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

⁵ Barbosa et al. (1999)

A Federação Bancária da União Europeia, aquando da elaboração deste estudo, previu que o período de transição para o Euro seria de seis meses, ficando o momento da entrada do Euro conhecido por *Big Bang*. Tendo em conta o prazo estipulado, o referido estudo previa a atribuição de diversas hipóteses, tais como a introdução do Euro como meio oficial de pagamento, bem como a sua circulação em notas e moedas, a partir do início de 1999. Previasse ainda que, até ao final desse mesmo ano seria feita a desmobilização total das moedas nacionais, passando em definitivo, o Euro, a ser a moeda oficial.

Os custos diretos estimados no estudo foram não só custos relacionados com os sistemas de informação, com a formação de pessoal, com o marketing, mas também com as modificações ocorridas nas documentações, tais como por exemplo, faturas, papéis timbrados, entre muitos outros. Porém houve custos que não foram tidos em consideração tais como, os custos referentes ao aperfeiçoamento dos sistemas de pagamentos interbancários, os custos associados à obrigação de deter notas e moedas de Euro em *stock* antes da sua entrada em vigor e os custos que adviriam da retirada de circulação das moedas nacionais.

Nestas circunstâncias, em termos monetários, os custos diretos, para os 15 países da União Europeia, da introdução da moeda única, foram estimados entre 8.000 a 10.000 milhões de ECUS⁶. Previasse também que, caso o prazo da introdução do Euro fosse mais alargado, e caso as duas moedas, a moeda nacional e o Euro, estivessem em circulação em simultâneo, poderia levar a um aumento dos custos em cerca de 50%.

As estimativas destes custos representavam 2% dos custos operacionais anuais dos bancos, que afetariam diretamente as contas de resultados destas instituições, em cada um dos primeiros 4 anos.⁷

Estes custos serão representados nos Quadros 1 e 2. No Quadro 1 serão apresentados os custos diretos por área funcional, enquanto no Quadro 2 serão reproduzidos os custos diretos dos principais produtos oferecidos pelas entidades bancárias. Os custos serão apresentados em termos percentuais, com a hipótese da introdução rápida da moeda única. O impacto previsto não é igual para todos os bancos, sendo o valor apresentado apenas uma média.

⁶ Foi criado em 1979, era utilizado em transações comerciais e financeiras, não existia em papel-moeda e foi substituído pelo Euro em 1999, a sua taxa de conversão era de 1 para 1. O ECU era composto por a média do cabaz de 12 das 15 moedas da UE, sendo congelado em 1991, não faziam parte as moedas da Finlândia, da Suécia e da Áustria, que entraram posteriormente a esta data

⁷ Ucha e Sande (1999), Barbosa et al. (1999) e Dermine (1996).

Nas estimativas apenas são considerados os custos operacionais envolvidos na alteração das moedas nacionais para o Euro. Porém estes constituem uma pequena parcela dos custos totais dos bancos. Não são também considerados os efeitos resultantes da mudança do comportamento das entidades bancárias, bem como o grau de concorrência.

Quadro 1 – Custos diretos de introdução do Euro por áreas funcionais

Áreas Funcionais	%
Tecnologias de informação	54
Marketing e relações públicas	15
Formação de pessoal	10
Outros (faturas, papeis timbrados, custos legais, entre outros)	21

Fonte: Ver Barbosa et al. (1999)

Apesar dos dados acima apresentados serem apenas uma estatística, Barbosa et al. (1999) previam que 80% dos custos diretos poderiam vir a referir-se a áreas como as de tecnologias de informação, de marketing e relações públicas e de formação de pessoal. A organização deste quadro pelas áreas funcionais acima descritas assentou em diversos aspetos.

É possível verificar que os custos relativos às tecnologias de informação representariam, segundo as estimativas, cerca de mais de metade do valor dos custos totais. O peso que estes custos representavam devia-se ao facto de que as modificações a operar nesta área funcional viessem não só a necessitar a intervenção de meios externos, mas também a cooperação entre os operadores envolvidos.

Os autores referiram que os custos relativos aos custos de marketing e relações públicas poderiam representar cerca de 15% a 20% do custo total. Dentro destes custos, estavam implícitos os custos com as campanhas de sensibilização e informação, bem como com a mudança de todos os documentos.

Os custos de formação do pessoal, estimava-se, seriam 10% do custo total, e representariam os custos em que as entidades bancárias iriam incorrer, para os seus funcionários poderem corretamente prestar informação aos seus clientes.

Quadro 2 – Custos diretos de introdução do Euro por produto

Produtos	%
Notas e moedas	12
ATMs	6
Cartões	9
Sistema de pagamentos	27
Câmbios e gestão de tesouraria	10
Crédito	10
Depósitos	10
Mercado de capitais	8
Outros	8

Fonte: Ver Barbosa et al. (1999)

Barbosa et al. (1999) consideravam que cerca de 60% dos custos corresponderia à introdução de novas notas e moedas, às alterações nos sistemas e redes de ATM's, às alterações nos sistemas de cartões e respetivos processamentos, aos sistemas de pagamentos de que fazem parte as alterações em sistemas de informação e respetivo *hardware*, entre outros.

Verificaram também que, 20% dos custos iriam corresponder às áreas de concessão de crédito e captação de depósitos. Estas duas áreas estariam principalmente dependentes da atividade dos sistemas de informação, e necessitariam da existência de um contacto mais próximo com o público.

Outros 20% destes custos incidiriam sobre as operações cambiais, gestão de tesouraria e intervenção nos mercados de capitais, sendo que, uma grande fatia destes custos iria decorrer das modificações nos sistemas.

Relativamente às operações de pagamentos - que até à alteração das moedas apenas eram de âmbito nacional - tornar-se-iam transnacionais, de forma a permitir uma maior facilidade e regularidade no processamento dos pagamentos em Euros dentro da UEM. O custo que se previa com a implementação do TARGET seria entre 37 e 45 milhões de ECU, sendo que desse montante, 7 a 8 milhões de ECU estariam a cargo do IME.

Apesar de os custos estimados que os bancos teriam de suportar com a introdução da moeda única serem elevados, Dermine (1996) acreditava que, no entanto, estes custos seriam suportáveis.

➤ **Perdas permanentes**

Os custos diretos anteriormente descritos sentir-se-iam por um período de quatro anos aproximadamente, mas aconteceriam apenas uma vez. Contudo, existem custos que assumiriam caráter permanente.

Dentro destes destacam-se as perdas em operações cambiais, cujo número iria cair significativamente com a introdução do Euro. Na era Pré Euro os bancos Europeus ganhavam cerca de 6 mil milhões a 8 mil milhões de dólares americanos por ano com o negócio cambial. Este negócio era realizado pelas maiores instituições bancárias comerciais que controlavam o mercado de câmbios nas suas moedas nacionais. Este grande fluxo comercial trazia importantes mais-valias, na medida em que os bancos conseguiam maior informação e maior influência no mercado, lucrando nas suas tomadas de posição, bem como conseguiam manter baixos os custos de serviços a clientes.

Com a introdução da moeda única, acreditava-se que a maioria dos bancos Europeus veria as suas receitas cambiais bem como os lucros que destas advinham, decrescer continuamente. De facto, as operações cambiais intra-Europeias, que até à data da introdução do Euro geravam cerca de 3 mil milhões de dólares americanos por ano, iriam desaparecer com o Euro. Segundo Mello (1997), o comércio cambial entre as moedas da UE iria desaparecer, provocando uma perda de cerca de 15% a 20% das receitas cambiais totais da maioria dos bancos Europeus.

Outra perda esperada, na era Pré Euro, com a adoção da moeda única seria no *negócio de trading*. Tal perda iria afetar o sistema bancário Europeu, sendo que nenhum banco da UEM iria ter necessidade de recorrer a qualquer outro banco do grupo de países que nela participavam, para comprar ou vender moeda desse país.

* O termo trading na língua inglesa possui o significado de negociar. É o ato ou o processo de negociação de ativos financeiros.

Um dos serviços que se apontava que iria desaparecer nos países que adotassem o Euro seria o *correspondent banking*⁹, deixando assim de ser necessário a existência de contas bancárias por parte dos bancos nos países da UEM. Por sua vez, o Sistema TARGET iria também provocar a diminuição da utilização dos serviços de *correspondent banking*, sendo que as entidades bancárias, membros da UEM, poderiam realizar pagamentos diretamente com outras entidades bancárias, também elas pertencentes à UEM, em tempo real.

Outra perda permanente decorrente da introdução do Euro, que se esperava, envolvia a diminuição de postos de trabalho, estimando-se que essa diminuição fosse de cerca de 50.000¹⁰ pessoas. Tal estimativa de diminuição estava ligada ao facto de se esperar que o mercado se tornasse mais competitivo, sendo que seria necessário controlar os custos por forma a obter uma maior rentabilidade. Ainda assim, a causa direta para o aumento do desemprego seria a reestruturação das instituições bancárias, o que levaria à redução do número de agências.

2.2.1.2. Vantagens

Segundo Dermine (1996), a criação de uma moeda única traria também benefícios para as instituições Bancárias da Zona Euro. Emerson (1990) previa como principais benefícios do Euro: a diminuição dos custos de transacção; a diminuição do risco cambial; maior concorrência e competitividade; e a percepção de que o Euro se transformaria numa moeda internacional.

A existência de uma moeda única eliminaria a necessidade de recorrer à troca de moedas entre os países da UE, diminuindo assim os custos de transacção. Esta diminuição seria positiva para os países da Zona Euro, pois, o comércio entre os países da UE representava 60% do comércio internacional da UE. Esta redução dos custos de transacção estaria também associada a uma maior transparência dos mercados.

Também a redução do risco cambial iria eliminar a instabilidade cambial dentro dos países que adotassem a moeda única, facilitando o investimento, permitindo que este aumentasse.

⁹ Uma instituição financeira que presta serviços em nome de outra pessoa. São mais utilizados para conduzir negócios em países estrangeiros, a atuar como agente de um banco nacional no exterior. As instituições que prestam o serviço de "correspondent banking" podem realizar transações comerciais, aceitar depósitos e reunir documentos em nome de outra instituição financeira.

¹⁰ Ucha e Sande (1999).

A existência de um mercado menos segmentado, devido à diminuição das barreiras nacionais às transações, contribuiria para uma intensificação da concorrência, aumentando as possibilidades de negócio.

Outra vantagem esperada prendia-se com a expectativa de que o Euro assumiria o carácter de moeda internacional, competindo diretamente com o dólar americano, fortalecendo o papel da Europa no mundo. O Euro poderia aliás, desafiar o papel do dólar americano, como moeda internacional usada como unidade de conta, meio de pagamento, e reserva de valor mundial.

Segundo Dermine (1996), o Euro, enquanto moeda internacional, traria benefícios para os bancos da Zona Euro. O primeiro tem a ver com o aumento do volume dos ativos ou passivos denominados em Euros, o que facilitaria a gestão do risco cambial do capital próprio. De facto, uma vez que grande parte dos ativos bancários seria denominada na mesma moeda que o capital próprio de cada banco, tornar-se-ia mais fácil o controlo do crescimento dos ativos e dos passivos, bem como a gestão do capital.

O segundo benefício tem a ver com o acesso a uma janela de desconto do Banco Central Europeu, o que facilitaria a gestão da liquidez de passivos denominados em Euros.

O terceiro efeito positivo esperado prende-se com a emissão de ativos denominados em Euros ou com o uso do Euro como um veículo nas transações realizadas, o que posicionaria favoravelmente os bancos Europeus no mercado secundário, pelas razões em cima mencionadas.

Contudo, acreditava-se que todas estas possibilidades não seriam distribuídas de igual modo por todos os bancos. Algumas destas entidades conseguiriam retirar benefícios do Euro a curto prazo, outras, porém, só o conseguiriam no longo prazo, tendo de atravessar uma fase de mudança relativamente longa.

Segundo Neto (1996), as grandes entidades bancárias internacionais, apesar dos custos em que iriam incorrer, estando numa posição mais favorável, retirariam benefícios do Euro logo no curto prazo. Na opinião do mesmo autor, isto aconteceria porque, existiam custos que os bancos teriam de suportar mesmo que o Euro não fosse introduzido, tais como, os custos de modernização e de adequação dos sistemas informáticos. Além disso, beneficiariam com o

aumento dos negócios à escala Europeia resultante de uma maior integração económica dos países Europeus, e com a introdução do Sistema de Pagamentos de Grandes Transações a nível nacional, com vista a reduzir o *risco sistémico*¹¹.

A introdução da moeda comum originaria novas oportunidades de negócio para os grandes bancos internacionais, na medida em que a eliminação das barreiras à entrada faria com que estes entrassem nos mercados periféricos. Os bancos procurariam assim atrair os negócios das grandes empresas locais, sendo elas nacionais ou filiais de multinacionais, bem como os particulares com património elevado.

Relativamente à perda do negócio cambial entre os países da Zona Euro, essa representaria apenas 10% a 15% do seu total. Além disso, um mercado Europeu unido possuiria maior liquidez e profundidade, esperando-se assim um maior volume da atividade de negócio cambial.

Por último, com a introdução do Euro deixaria de ser necessária a existência de “Salas de Mercado em praças periféricas”, possibilitando concentrar “numa única Sala Europeia” a atividade de negócio cambial, reduzindo deste modo os custos de funcionamento.

Segundo o mesmo autor, em contraste com os grandes bancos internacionais, os bancos dos mercados periféricos, mesmo os maiores, não iriam retirar benefícios, no curto prazo, com a introdução da moeda única. Adicionalmente, a eliminação das barreiras à entrada iria fazer aumentar a concorrência, no que se refere a setores como as Grandes Empresas e o *Private Banking*¹², devido à entrada dos bancos internacionais no mercado nacional, fazendo com que houvesse uma redução das margens e perda de clientes.

Neto (1996) previa que os grandes bancos dos países periféricos estariam em situação de desigualdade na atividade de *trading*. Estas instituições bancárias deixariam de ser *market makers*¹³ nos mercados financeiros das moedas locais, passando a ser *price-takers*¹⁴, perdendo assim o *spread bid/offer*¹⁵ de mercado.

¹¹ Consiste no risco do colapso do sistema financeiro, ou de uma parte importante deste, e não apenas de uma ou duas instituições financeiras, com implicações negativas importantes para a economia do país.

¹² Serviço especializado praticado pelos bancos, que se destina a clientes particulares com elevada capacidade financeira.

¹³ É uma empresa ou um indivíduo que cota ambos os lados de um mercado (compra e vende) num dado ativo ou instrumento financeiro, esperando obter um lucro através do spread compra/venda.

¹⁴ Um indivíduo ou uma empresa que mesmo que altere o seu ritmo de produção e venda, não é suficiente influente para afetar o preço dos seus produtos no mercado.

¹⁵ É a diferença entre os preços cotados para uma venda imediata e uma compra imediata.

2.2.2. Banca Portuguesa

Neste subcapítulo será feita uma breve análise dos efeitos da introdução do Euro na Banca Portuguesa.

Para Mello (1997), a adesão de Portugal à UEM revertia-se de uma importância crucial para o sistema financeiro português, uma vez que iria alterar a maioria dos pressupostos sobre os quais os bancos construíam as suas competências e estratégias.

Quanto à opinião pública acerca do impacto do Euro no setor bancário português, esta não era consensual. Alguns afirmavam que este setor não seria muito afetado, devido às alterações que a Banca Portuguesa havia sentido ao longo dos últimos anos da época Pré Euro. Outros mostravam-se menos otimistas, defendendo que os bancos sentiriam os efeitos negativos de uma forma muito intensa, pois teriam de suportar os custos com os investimentos que teriam de realizar.

Prevvia-se que a adoção da moeda comum dos Estados-membros da UEM traria custos em ações de comunicação e informação e de desenvolvimento de novos produtos. No entanto, o Euro originaria oportunidades de lançamento de novos produtos.

Para além dos custos em que os bancos teriam de incorrer com os investimentos em informática, formação profissional e criação de nova documentação, teriam também estas instituições de prestar informações e esclarecimentos aos clientes acerca da nova moeda, o Euro. Para Ravara (1998), esta nova moeda poderia vir a provocar uma alteração do número de clientes afetos às entidades bancárias. Estes poderiam vir a ter como preferência os bancos que melhor os apoiassem nas questões relacionadas com o Euro.

A unificação monetária iria fazer com que as instituições bancárias tivessem de reorganizar o seu posicionamento estratégico. Isto faria com que houvesse um aumento dos movimentos de fusões e aquisições, bem como a reestruturação organizacionais internas destas entidades.

Prevvia-se também que a introdução do Euro implicasse uma redução nos rendimentos dos bancos nacionais, através da perda das operações cambiais. Para Portugal, esta perda seria agravada, pois os bancos portugueses teriam então escassas probabilidades de poderem vir a

participar com êxito em operações lançadas pelo SEBC, bem como em operações cambiais de urgência e leilões de quantidade para cedência de fundos a taxa fixa.

Com a chegada da moeda única, haveria uma eliminação das barreiras geográficas, o que provocaria um aumento da concorrência. Os bancos que operavam a nível nacional teriam de ser mais competitivos, acompanhando os bancos externos que competiam nesse mesmo mercado para, por sua vez, não perderem os seus clientes. Prevvia-se, de qualquer modo, que as vantagens competitivas existentes na Banca a retalho das instituições locais se mantivessem, isto tendo em conta que a rede de balcões continuaria a ser um importante canal de distribuição.

Acreditava-se também, por outro lado, que a entrada de Portugal na UEM proporcionaria diversas vantagens, destacando-se o alargamento e o aprofundamento dos mercados financeiros Europeus, trazendo novos desafios e oportunidades para a Banca Portuguesa. A expansão dos serviços financeiros tornar-se-ia mais facilitada na UEM, trazendo aos bancos fontes adicionais ou alternativas de rendimento. Claro que não se esperava que os benefícios do Euro fossem repartidos de igual forma pelo setor bancário. Os efeitos positivos do Euro dependeriam de diferenças de dimensão das instituições, da capacidade competitiva de cada instituição, bem como do grau de concentração da atividade bancária.

Calvo (1998) afirmou que as instituições bancárias portuguesas seriam capazes de se organizar satisfatoriamente para a introdução do Euro. Acreditava-se que estes bancos estariam mais cautelosos relativamente às implicações que o Euro lhes poderia trazer, do que os bancos dos restantes países da UEM. Segundo o mesmo autor, as instituições bancárias nacionais aproveitariam da melhor maneira a alteração para a moeda única, pois para além de terem renovado os sistemas informáticos, teriam também a oportunidade para melhorar todos os seus sistemas tecnológicos de informação.

2.2.2.1. Desvantagens

Na era Pré Euro, diversos custos se esperava da introdução da moeda única em Portugal. Para Mello (1997), os efeitos mais fortes seriam também os mais negativos e mais rápidos. Os impactos apontados como mais imediatos seriam os custos de adaptação à nova

moeda. Destes custos fazem parte a adaptação dos sistemas de informação e de pagamentos, o melhoramento dos serviços aos clientes e a formação do pessoal. Convém ressaltar, porém, que alguns destes custos poderiam vir a surgir a médio prazo, independentemente da entrada de Portugal na Zona Euro, tais como os custos de modernização dos sistemas de pagamentos, devido ao avanço tecnológico.

Outros impactos negativos que se esperava viessem a verificar-se no curto prazo, eram as perdas resultantes do negócio cambial, o fim das receitas de *trading*, a diminuição do serviço de *correspondent banking* e o aumento do custo de financiamento.

Para Mello (1997), os impactos negativos que se previa fazer-se sentir no longo prazo seriam aqueles relacionados com a intensificação da concorrência entre bancos e outras instituições financeiras nacionais e internacionais, e também os decorrentes da redução das taxas de juro.

Já Neto (1996) considerava que o único impacto negativo que se verificaria a longo prazo para a Banca Portuguesa, seria o relativo embaratecimento do serviço da dívida pública.

➤ **Custos diretos transitórios**

A ocorrência mais imediata que se previa para Banca nacional, com a introdução do Euro, prende-se com os custos que os bancos teriam de suportar devido à permanência simultânea em circulação de duas unidades monetárias. A alteração para a nova moeda iria conduzir também ao aparecimento de outros custos, pois era inevitável a necessidade de esclarecimento dos clientes, bem como teriam de ser feitos grandes investimentos nas alterações a introduzir nos sistemas de pagamentos e nos sistemas informáticos.

Com a circulação em simultâneo do Escudo e do Euro esperava-se um aumento do número de contas bancárias. Seria então necessária a alteração de todo o material de suporte para os dois tipos de contas, bem como a modificação de todos os cheques e diversos impressos. Inicialmente seria passível de ser aplicado o princípio da “não-obrigatoriedade e da

não-proibição”¹⁶ o que, em conjunto com a faculdade concedida pelo estatuto jurídico do Euro, de os devedores poderem selecionar qual a moeda de pagamento, desde que este fosse realizado por débito e crédito bancário, iria exigir do sistema bancário a disponibilização de um conjunto de serviços nas duas moedas

A necessidade de esclarecimento dos clientes, assim como a apresentação de novos produtos em Euros, teriam um impacto direto e negativo nos resultados dos bancos, devido aos recursos gastos e às despesas de marketing.

A modificação nos sistemas de pagamentos iria dividi-los em dois tipos, sistemas de pagamentos por grosso¹⁷ e de retalho¹⁸. Os pagamentos por grosso seriam feitos através da ligação dos sistemas de grandes transações nacionais ao Sistema TARGET. Em relação aos pagamentos de retalho seria necessário que os sistemas de pagamentos dos bancos recebessem a informação nas duas moedas, devido às operações interbancárias serem efetuadas em Euros e as contas individuais continuarem em Escudos.

Os investimentos esperados nos sistemas informáticos seriam inevitáveis, visto que a grande parte dos *softwares* teriam de ser alterados por forma a poderem ajustar-se à moeda única Europeia.

Tal como já foi referido anteriormente, a elaboração da primeira estimativa destes custos ficou a cargo da Federação Bancária da União Europeia, sendo que Portugal foi o único país a ficar de fora da análise.

Em Portugal, a APB¹⁹ estimou os custos diretos da introdução da moeda única no sistema bancário português. Para tal, observou-se o desenvolvimento dos custos operacionais de 46 instituições bancárias, para o período compreendido entre 1997 e 2001. Este estudo teve como base a evolução dos custos operacionais do período 1992-1996, por se admitir que o comportamento seria idêntico. Assumiu-se também que a transição para o Euro seria de 6 meses. Com estas condições, foi estimado que o impacto direto da introdução do Euro rondaria

¹⁶ Determinava que ninguém poderia ser obrigado a aceitar pagamentos em Euros, mas também ninguém poderia ser proibido de o fazer, prevalecendo a vontade do devedor quando o pagamento fosse feito por crédito em conta. Os bancos encarregar-se-iam de efetuar a conversão gratuita do montante depositado em Euros na conta do credor, se esta estivesse designada na moeda nacional.

¹⁷ Sistema de pagamentos de grande montante, representado por operações de elevado montante que implicam para os intervenientes maiores riscos de crédito e de liquidez e acrescido risco sistémico.

¹⁸ Sistema de pagamentos de pequeno montante, representado por cheques, ordens de transferência, débitos diretos ou transações feitas nas caixas automáticas e nos terminais dos pontos de venda.

¹⁹ Ucha e Sande (1999).

os 45 a 51 milhões de contos. Caso as duas moedas continuassem em circulação em simultâneo até 2002, o valor aumentaria em cerca de 50%²⁰.

Segundo Mello (1997), os maiores bancos portugueses teriam de suportar um custo de 3 a 5 milhões de contos com a introdução do Euro, num período inicial de aproximadamente quatro anos. Para o mesmo autor, os custos estimados com a adesão de Portugal ao Euro, constituiriam cerca de 2,5% dos custos operativos anuais das instituições bancárias, e far-se-iam sentir durante quatro anos. Tornar-se-ia assim um desafio para as entidades bancárias portuguesas, alcançar algum retorno financeiro com este investimento, o que não seria de todo fácil, pois o Euro traria diminuições relevantes para as receitas dos bancos.

➤ **Perdas em operações cambiais**

Antes da introdução do Euro, as transações que o sistema bancário realizava em termos de operações cambiais contribuíam de uma forma positiva para as expectativas dos bancos. Especulava-se, no entanto, que a introdução do Euro diminuiria este tipo de transação, comportando perdas significativas para os bancos.

A redução do negócio cambial originaria perdas permanentes, na medida em que haveria uma diminuição dos ganhos que os bancos retiravam das respetivas comissões e lucros. Quanto às transações realizadas entre países que adotassem a moeda única, desapareciam as comissões e os *spreads* entre as cotações de compra e de venda nas operações cambiais.

Segundo Ucha e Sande (1999), estimava-se para os bancos portugueses uma perda de rendimento em operações cambiais superior a 20%. Esta perda elevada estaria ligada ao facto de as transações económicas internacionais, efetuadas por instituições bancárias a operar em Portugal, incidirem maioritariamente sobre os países da União Europeia.

Contudo, o contributo das operações cambiais para os lucros do sistema bancário era relativamente pequeno. Acreditava-se também que seriam poucos os países que, numa primeira fase, adotariam o Euro, pelo que as perdas esperadas referentes às transações com operações bancárias eram também reduzidas.

²⁰ Barbosa et al. (1999).

➤ **Redução das taxas de juro**

A redução das taxas de juro que se iria fazer sentir com a introdução da moeda única afetaria negativamente a conta de exploração dos bancos, mais concretamente a sua margem financeira. Tal redução devia-se ao facto de os recursos não remunerados excederem as aplicações não produtivas e também ao facto de os prazos de *repricing*²¹ dos passivos serem mais longos que os dos ativos.

Contudo, a descida nas taxas de juro ocorrida nos últimos anos antes da introdução do Euro, fez prever que as consequências no futuro fossem moderadas.

➤ **Intensificação da concorrência**

Com a introdução da moeda única, o mercado tenderia a ficar unificado, levando à diminuição das barreiras à entrada, o que resultaria por sua vez numa intensificação da concorrência bancária. O aumento da concorrência acarretaria consequências para os bancos a operar em Portugal na medida em que provocaria um estreitamento da margem financeira, devido à concorrência ser feita através das taxas de juro.

Este aumento teria mais impacto em setores como as Grandes Empresas e o Private Banking. As Grandes Empresas poderiam recorrer a créditos concedidos por bancos estrangeiros, enquanto os clientes do Private Banking poderiam deslocar grande parte do seu património para fora do país. Na banca de retalho as barreiras à entrada permaneceriam, e o aumento da concorrência não seria significativo.

Receava-se também que com este aumento da concorrência, os bancos internacionais se tornassem uma ameaça, pois tenderiam a entrar no mercado doméstico, adquirindo os bancos menos eficazes. Para que tal não acontecesse seria necessário que estes bancos criassem novos produtos e serviços, para não perder clientes. Segundo Salgueiro (1998), a concorrência acrescida poderia levar a deslocalizações das atividades financeiras para centros com melhores condições de concorrência. Para que isto não acontecesse, seria necessário melhorar a competitividade do país, via melhorias da administração fiscal, justiça, dos registos e notariados, do sistema de ensino e formação profissional. O economista escreve ainda que

²¹ A atualização das taxas de juro ativas, que origina uma diminuição dos proveitos, dá-se de uma forma mais rápida do que a atualização das taxas passivas, que contribui para a redução dos custos.

deveria haver uma resposta rápida, mas não prematura por parte dos bancos portugueses, esperando-se por uma conjuntura mais favorável.

➤ **Fonte de receita reduzida**

Na era Pré Euro previa-se que, uma das perdas da vantagem de ter uma moeda nacional seria o fim das receitas de *trading* entre os países que adotassem o euro. Os bancos portugueses deixariam de ser *market makers* do Escudo, particularmente nos mercados monetário e cambial. As instituições bancárias portuguesas iriam perder o *spread* de mercado que ganhavam quando os bancos estrangeiros adquiriam, vendiam, tomavam ou cediam Escudos.

Outra perda esperada para as instituições bancárias portuguesas relaciona-se com a sua dimensão. Devido à sua pequena dimensão, os bancos portugueses não seriam utilizados pelo SEBC para as operações no mercado cambial, ficando com menor acesso a informação importante.

Prevvia-se também uma diminuição das receitas de *correspondent banking*. As contas bancárias em Portugal dos restantes países da Zona Euro deixariam de existir, perdendo estes o respetivo *float*²² e movimento.

➤ **Custo do financiamento**

Outro custo do Euro para a Banca Portuguesa, receado na era Pré Euro, consistia no aumento do custo do funding²³. Prevvia-se que o financiamento da Banca Portuguesa se passasse a realizar à *taxa offer* (LIBOR). Prevvia-se também que estas instituições estariam em desvantagem face às grandes entidades bancárias internacionais nos *leilões de quantidade*, efetuados pelo BCE, devido ao facto de terem menos *papel mobilizável*.

²² Recursos de clientes que permanecem transitoriamente nos bancos, e que podem ser remunerados.

²³ Custo de financiamento de uma empresa, isto é, o custo que uma empresa tem que suportar em resultado do seu endividamento ou passivo remunerado.

➤ **Custo da dívida pública**

Neto (1996), considerava que o único impacto negativo que se verificaria a longo prazo para a Banca Portuguesa, seria o relativo embaratecimento do custo da dívida pública. Este traria efeitos negativos para as contas de exploração dos bancos, pois constituía um ativo importante, devido à baixa taxa de transformação dos depósitos em créditos.

Todavia, não seria este o fator que iria fazer com que a longo prazo o Euro não tivesse um impacto positivo sobre a Banca Portuguesa. Pois, previa-se que, a diminuição dos défices públicos levasse, no longo prazo, à ocorrência de efeitos positivos na economia em geral e na Banca em particular.

2.2.2.2. Vantagens

Previam-se diversas vantagens imediatas da criação de uma moeda única, tais como a eliminação dos custos de transação relacionados com a conversão das moedas, e a eliminação de flutuações cambiais que muitas vezes penalizavam as trocas comerciais e os investimentos.

Antevia-se, também, que a moeda única iria provocar a redução das taxas de juro, o que originaria um aumento do número de empréstimos. Este aumento provocaria um aumento do volume de negócios dos bancos a médio e longo-prazo. Outra vantagem que se previa vir a acontecer a longo prazo, seria o facto de o Euro poder vir a competir com o dólar norte-americano enquanto moeda internacional.

➤ **Eliminação de riscos**

Na opinião de Leal (1998), um dos benefícios que iria fazer-se sentir mais rapidamente seria a eliminação do risco cambial, dos custos cambiais e dos custos de transações. Para além da eliminação destes custos, os cidadãos e as empresas teriam uma maior opção de escolha para as suas decisões de investimento e financiamento, junto dos bancos, podendo ainda comparar os preços dos bens e serviços.

Esperava-se que a eliminação dos riscos de câmbio entre os países da Zona Euro provocasse uma redução dos custos de transação referentes aos movimentos de capitais e ao

comércio de mercadorias, aumentando assim a procura por serviços financeiros e o potencial para o investimento e crescimento económico.

Com a eliminação dos custos resultantes da conversão das diversas moedas, os bancos teriam menos custos em termos de comissões sobre as operações de câmbio e de diferenças entre o câmbio de compra e de venda. Suportariam também menos custos com os recursos humanos e materiais destinados à gestão do risco cambial e com a inspeção das operações efetuadas em moeda estrangeira com os países da União Europeia.

Esperava-se também que o TARGET contribuiria para a redução dos riscos de pagamento no âmbito da UE. Adicionalmente cria-se que a introdução do sistema de pagamentos TARGET originaria uma melhor integração no mercado monetário.

➤ **Uma moeda nacional forte**

Nos anos Pré Euro, pensava-se que o Euro assumiria o carácter de moeda mundial, que iria alcançar uma posição de realce nos mercados financeiros internacionais, competindo com o dólar dos EUA. O Euro beneficiaria então de um estatuto de moeda internacional, fortalecendo assim o papel da Europa no mundo.

Em relação ao mercado cambial, segundo Ucha e Sande (1999), previa-se que o negócio que se fazia entre as moedas da União Europeia passasse a ser feito em Euros, sendo que esta seria uma moeda mais firme do que muitas das moedas Europeias, contra as moedas das grandes potências mundiais, como o dólar e o iene. Freire (1998) acrescentou que o mercado cambial iria tomar uma dimensão mundial em volta de três grandes moedas, o Dólar, o Euro e o iene.

➤ **Baixa Inflação**

A introdução desta nova moeda fazia prever a estabilidade dos preços, e baixas taxas de inflação, o que implicaria taxas de juro mais baixas e estáveis.

A expectativa de taxas de juro mais baixas, constituía uma promessa de concretização de mais-valias em ativos financeiros, o que contribuiria para um aumento do clima de confiança

nos mercados. Adicionalmente, um facilitado acesso ao crédito originaria um aumento do número de empréstimos pessoais, aumentando o volume de negócios da Banca Portuguesa.

➤ **Alterações Positivas**

Para Neto (1996), um efeito positivo que se podia esperar da introdução da moeda única seria “o alargamento do leque de títulos mobilizáveis junto do SEBC para obtenção de liquidez”. Esta alteração poderia moderar o aumento do custo de financiamento.

Segundo o mesmo autor, outro efeito positivo teria a ver com “a alteração do regime de reservas de caixa”. Acreditava-se que o novo sistema (que ainda era desconhecido) seria mais benéfico do que o que existia em Portugal. Ambicionava-se que, com este regime, imperasse a estabilidade das taxas de juro do mercado monetário, o que reduziria os efeitos das oscilações temporárias de liquidez. Perspetivava-se também a formação ou alargamento de escassez estrutural de liquidez, possibilitando ao SEBC uma maior eficácia enquanto cedente de liquidez.

Outro efeito que se previa fazer sentir seria “o alargamento dos prazos de cedência de liquidez pelo SEBC”, para 3 meses, o que possibilitaria uma melhor gestão de tesouraria. Por conseguinte, as instituições bancárias portuguesas passariam assim a usufruir de um instrumento com uma maturidade mais prolongada.

➤ **Maior concorrência**

Na época Pré Euro previa-se que a introdução do Euro criasse um verdadeiro mercado único de serviços financeiros à escala da União Europeia, sem barreira nacionais à transação de produtos e serviços financeiros. Esta mudança contribuiria para um aumento da concorrência. O mercado alargado aumentaria a escala de negócio e a concorrência internacional.

A transparência dos preços entre os mercados e a redução de incerteza relativamente ao seu funcionamento, aumentaria, esperava-se, a concorrência, as trocas comerciais e o investimento dos agentes económicos. Previa-se que, num mercado financeiro integrado, haveria

um aumento de participações nos fundos de investimentos e de pensões, bem como o crescente desenvolvimento do *asset management*²⁴.

Segundo Barbosa et al. (1999), os efeitos do aumento da concorrência não se distribuiriam uniformemente pelo setor financeiro. Seria, portanto, necessário perceber as perspectivas a médio prazo para os bancos comparativamente mais pequenos, nomeadamente os bancos portugueses. Contudo pensava-se que a Banca de retalho não seria afetada de forma repentina, devido à força da marca, dos canais de distribuição e das bases de clientes dos bancos nacionais, em conjunto com obstáculos regulamentares e administrativos estabelecidos.

Relativamente à Banca de retalho, era no campo dos depósitos que os bancos encontravam maior concorrência por parte de entidades não bancárias. Apesar disso, continuavam a ser os bancos as instituições com maior capacidade de comercialização de uma vasta gama de produtos e serviços, através de um canal apenas. Acreditava-se pois que, a concorrência entre os bancos e estas instituições não bancárias originaria uma procura excessiva por novos canais (Banca eletrónica e telefónica), maior racionalização de custos e aumentos na qualidade de serviços.

Ainda assim, esperava-se que os bancos continuariam a ter vantagens sobre as entidades não bancárias no que respeitava ao crédito. No que toca à existência de disparidades de informações no mercado de créditos, os bancos com conhecimento dos mercados onde operavam tinham a vantagem de possuir uma vasta informação acumulada, bem como maior capacidade de comunicação com os clientes, devido ao conhecimento e experiência adquiridos ao longo do tempo.

Portanto, em termos gerais, esperava-se, que a Banca de retalho mantivesse as vantagens competitivas alcançadas pelos principais bancos nacionais. De facto, Barbosa et al. (1999) escreveram que, apesar do aumento da concorrência que poderia vir a surgir a médio prazo, por parte de outras entidades no mercado nacional, parecia fora de questão a existência de sérias ameaças para a Banca de retalho. Os principais bancos a operar em Portugal poderiam, aliás, vir mesmo a beneficiar de *economias de escala*²⁵ e de *gama*²⁶, devido à sua

²⁴ Administração de recursos de terceiros por empresas especializadas (bancos ou instituições financeiras).

²⁵ Redução dos custos unitários de um produto através do aumento do volume de produção.

²⁶ Existe quando é mais barato produzir dois produtos juntamente, por exemplo, a utilização de balcões bancários para comercializar diferentes produtos financeiros.

dimensão, mantendo assim as vantagens competitivas face a terceiros. Sendo assim, no mercado local, a dimensão dos bancos nacionais afigurava-se conciliável com a conservação das vantagens competitivas face a concorrentes estrangeiros.

O efeito mais provável que a alteração de moedas poderia provocar na Banca a retalho, centrar-se-ia, pensava-se, no possível surgimento de concorrentes não tradicionais, especializados, inovadores na introdução de novos produtos e na gestão do *pricing*.

Em relação à atividade bancária exercida nos mercados, acreditava-se que haveria modificações mais acentuadas. Esperava-se que as vantagens dos bancos de investimentos em termos de competência de disposição de títulos em moeda nacional, da vasta informação acerca da legislação nacional e da dependência da eficácia operativa das regras e legislação locais tenderiam a desaparecer.

Devido à redução da segmentação dos mercados financeiros, previa-se também que as modificações das condições de mercado iriam propiciar um aumento de fusões, aquisições e alianças, de maneira a beneficiar de economias de escala, produção conjunta e das vantagens da partilha do conhecimento local. Esperava-se que muitos dos bancos de média dimensão com atividade de destaque em alguns mercados nacionais de países Europeus, acabariam por perder importância. Porém, continuariam a existir subsectores com características de segmentação, beneficiando os agentes locais.

Antevia-se também o surgimento de um mercado de capitais pan-Europeu²⁷, abarcando emissores pan-Europeus e a formação de novos instrumentos de elevada receita.

Antes da introdução do Euro, os bancos nacionais beneficiavam de ganhos importantes no mercado bolsista, o que se esperava que viesse a acabar na era Pós Euro, devido à modificação dos preços no mercado de capitais e das perdas das operações cambiais.

Prevvia-se que os bancos de grande dimensão tenderiam a optar por estratégias distintas por forma a competirem no mercado nacional e nos mercados internacionais. No mercado nacional tornar-se-iam, possivelmente, líderes nos custos, na inovação e na imagem, enquanto nos mercados internacionais a sua estratégia incidiria sobre os custos e a inovação.

²⁷ Referente a todas as nações europeias.

Em suma, equacionava-se grandes modificações no setor bancário, impulsionando os bancos a procurar novos nichos de mercado e novos produtos financeiros, para compensar a esperada perda de poder de mercado.

2.2.3. Conclusão

Tal como já foi referido, foi pela via do setor bancário que o Euro foi introduzido e consequentemente foi este o sector que mais rapidamente sentiu os efeitos da introdução da moeda Europeia. Contudo, é necessário ter em conta que a criação da moeda única Europeia constituiu apenas um elemento complementar ao processo de integração financeira da UE.

Constata-se que, aquando da introdução da moeda única, os bancos receavam ter de incorrer em diversos custos, pelo que o impacto que se previa para os setores bancários dos 11 países afigurava-se fortemente negativo. Para além dos custos operativos associados à introdução da moeda única, as instituições bancárias também veriam as suas receitas declinar.

Os custos associados ao Euro prendiam-se com as alterações que iriam ser feitas nos sistemas de informação e de pagamentos, na formação do pessoal e no esclarecimento dos clientes. Estes custos estimados representavam 2% dos custos operacionais anuais dos bancos, a incorrer em cada um dos primeiros 4 anos de vida do Euro. As instituições bancárias iriam incorrer nestes custos uma só vez. Por outro lado, existiriam também custos de natureza permanente, sendo eles o desaparecimento do negócio cambial, das receitas de *trading* e do serviço de *correspondent banking* entre os Estados-membros da UEM.

Sendo que as instituições bancárias diferem muito umas das outras, era difícil avaliar as que apresentavam uma melhor ou pior estrutura, por forma a suportar os impactos negativos que o Euro comportaria.

No que toca aos benefícios do Euro, pensava-se que os grandes bancos internacionais, estando em melhor posição, retirariam benefícios logo no curto prazo. Em posição menos confortável, encontravam-se os bancos dos mercados periféricos, que retirariam benefícios do Euro apenas no longo prazo, segundo as expetativas.

Mais concretamente, os bancos beneficiariam da diminuição dos custos de transação e da eliminação do risco cambial entre os Estados-membros da UEM, bem como da diminuição das taxas de juro e do aumento da concorrência.

Acreditava-se que a Banca de retalho iria manter as vantagens competitivas já conseguidas, não se esperando ameaças relevantes. No que toca à atividade exercida pelas instituições bancárias nos mercados, a introdução da moeda única Europeia provocaria alterações significativas, principalmente ao nível da limitação dos níveis de segmentação.

Prevvia-se também que com o Euro, o número de alianças estratégicas entre bancos de países relativamente próximos viesse a aumentar, bem como o número de fusões e aquisições internacionais a um prazo relativamente longo.

Avaliando os custos e benefícios tendo em conta o período temporal em que estes se viriam a manifestar, havia indícios de que a curto prazo os custos para a Banca revelar-se-iam superiores aos benefícios. Seria no longo prazo que se manifestariam os efeitos positivos. Tornava-se fundamental que as instituições reagissem a tempo de evitar que os efeitos negativos de curto prazo não comprometessem a sua solidez financeira e desenvolvimento no longo prazo.

Importa ainda referir que, apesar de se saber que um conjunto de países Europeus viria a partilhar uma moeda comum, incluindo Portugal, sabia-se que estes países diferiam muito em termos de cultura, sociedade, economia, sistemas jurídicos e institucionais. As instituições bancárias deveriam aproveitar a proximidade geográfica dos países e explorar as diferenças neles existentes, por forma a manter as suas quotas de mercado. Prevvia-se que as instituições bancárias que não conseguissem avaliar corretamente estes fatores e agir em conformidade, estariam condenadas ao fracasso.

2.3. Medidas compensatórias

Devido às consequências negativas, que se prevvia que o Euro tivesse sobre os bancos portugueses, a curto prazo, tornou-se determinante arranjar respostas que fossem capazes de as minimizar.

De acordo com Pinto (1998), as instituições bancárias deveriam ampliar a sua atividade a novos serviços financeiros, promovendo também uma linha de produtos inovadores. Para tal, dever-se-ia estender às PME's o acesso a diversos produtos, tais como os câmbios a prazo, os contratos de fixação da taxa de juro a prazo (FRA's), as opções simples, entre outros, que até então apenas eram oferecidos a grandes empresas. Dever-se-ia também promover a atividade no mercado de títulos nacional, nomeadamente no que tocava ao mercado de ações. Relativamente à prática de novos serviços, os bancos deveriam apostar principalmente na prestação de serviços de consultadoria às empresas.

No entanto, o autor refere que em termos gerais, deveriam ser melhorados diversos aspetos relativos à prestação de serviços por parte da Banca Portuguesa, nomeadamente, a prática do valor justo, aliada à melhoria da sua qualidade, apostando fortemente na inovação.

Uma outra estratégia a seguir, segundo Pinto (1998), deveria ser o aumento da produtividade seguida de uma redução dos custos. Para tal, era necessário proceder a uma reestruturação dos grupos bancários. No entanto, de forma a evitar despedimentos, deveria ser dada formação aos funcionários já residentes, bem como a reorganização dos quadros de pessoal.

Na era Pré Euro previa-se que, com a introdução da moeda única, os bancos nacionais sentiriam a necessidade de se afirmar no exterior. Apesar da atividade de algumas destas entidades estar vocacionada para o contato com os emigrantes, os bancos nacionais poderiam vir a sentir a necessidade de se afirmar e atuar em mercados financeiros diferentes, tal como o de Madrid, o de S. Paulo, o de Frankfurt, entre muitos outros. Porém, outra forma de os bancos nacionais se poderem afirmar no exterior, seria através do estabelecimento de alianças estratégicas ou acordos de cooperação, com instituições bancárias internacionais.

Por último, as instituições bancárias deveriam ganhar dimensão através de fusões e aquisições, devendo assim aumentar o seu poder de mercado. Previa-se que, com a diminuição das barreiras os bancos estrangeiros veriam facilitada a sua entrada no mercado nacional, sendo que as instituições bancárias nacionais deveriam evitar as aquisições e as fusões, por parte dos bancos estrangeiros. As fusões e aquisições poderiam permitir que as instituições bancárias beneficiassem de economias de gama e de escala.

Capítulo III – Metodologia

Por forma a comparar os efeitos esperados com os efeitos efetivos do Euro sobre a Banca Portuguesa, será elaborado um estudo de caso quantitativo comparativo. Os dados serão tratados de modo a apresentarem valores reais e médios, que permitam retirar conclusões de maneira a responder à questão primordial desta tese. Ainda assim, nos casos em que ocorrer ausência de dados numéricos, serão sempre que possível apresentadas conclusões teóricas.

Este capítulo será organizado em duas secções. Na primeira, será feita uma apresentação geral do estudo contido nesta dissertação. Na segunda, serão referidas as limitações encontradas no decorrer da análise.

3.1. Apresentação geral

Dada a escassez de estudos sobre o impacto do Euro no setor bancário dos países da Zona Euro pareceu relevante elaborar a dissertação de mestrado sobre este tema. Pretende-se investigar se as vantagens e desvantagens previstas na era Pré Euro, para a atividade bancária Europeia²⁸, com a introdução de uma moeda única comum, se observaram efetivamente ou não na era Pós Euro.

Diversas vantagens e desvantagens do Euro foram mencionadas anteriormente, contudo, a escassez de dados disponíveis fez reduzir a dimensão da pesquisa. Para tal, serão analisadas somente as seguintes desvantagens e vantagens:

➤ **Desvantagens:**

- Custos Diretos
 - Tecnologias de Informação;
 - Marketing e Relações Públicas;
 - Formação do Pessoal;
- Perdas de Postos de Trabalho;
- Perdas em Operações Cambiais;

²⁸ Os 11 países que inicialmente adotaram a moeda única.

- Redução das Taxas de Juro;
 - Intensificação da Concorrência
 - *Correspondent Banking*;
 - Custo do Financiamento.
- { - Redução da Margem Financeira;

➤ **Vantagens:**

- TARGET;
 - Uma Moeda Nacional Forte;
 - Baixa Inflação;
 - Alteração do regime de Reservas de Caixa;
 - Alargamento dos prazos de Cedência de Liquidez;
 - Maior Concorrência
- { - Taxa de Juro de Empréstimo;
- Fusões.

Relativamente às desvantagens apresentadas é conveniente referir que, no que toca ao estudo dos custos diretos, apenas se irá verificar a evolução dos custos nas tecnologias de informação, no marketing e relações públicas e na formação do pessoal. Por forma a verificar a intensificação da concorrência, recorrer-se-á à margem financeira. A informação relativa ao *correspondent banking* apenas expressará conclusões teóricas, dada a inexistência de dados numéricos.

Quanto ao estudo das vantagens, que uma maior concorrência traria para a Banca, este será feito através da análise da evolução das taxas de juro de empréstimo e da análise da ocorrência de fusões. No entanto, a informação relativa às fusões, a informação referente ao TARGET, à alteração do regime de reservas de caixa e ao alargamento dos prazos de cedência de liquidez apenas expressará dados teóricos, havendo também neste caso ausência de dados quantitativos.

Para esta investigação serão utilizados indicadores quantitativos específicos e reais, que por sua vez serão retirados das diversas bases de dados que vão ser utilizadas. Os valores desses indicadores terão, por vezes tratamento próprio, e serão apresentados em quadros. De maneira a analisar os dados, e poder retirar as conclusões que se pretende, estes serão apresentados em gráficos. Os dados nacionais foram obtidos através da APB e do BP, e os dados internacionais foram disponibilizados pelo World Bank²⁹, pelo European Central Bank³⁰ e pela European Banking Federation³¹, OANDA.

A presente secção será constituída por cinco subsecções. Na primeira, será feita a apresentação dos países incluídos no estudo. Na segunda subsecção, será dado a conhecer o período da análise. Na terceira, dar-se-á a conhecer as bases de dados utilizadas no estudo. Na quarta subsecção, serão apresentados os indicadores utilizados para a elaboração deste estudo. Quanto à última subsecção, serão formuladas as hipóteses que se pretendem comprovar, através da sua aplicação ao estudo de caso.

3.1.1. Países do estudo

Foram considerados para a amostra os onze países que, em 1999, aderiram à moeda única Europeia, sendo eles a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Espanha, a Finlândia, a França, a Holanda, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo e Portugal. O caso particular dos efeitos do Euro sobre a Banca Portuguesa constituirá objeto de maior atenção.

3.1.2. Período do estudo

O período inicialmente previsto, para a análise, estende-se entre 1990 e 2011. A escolha deste período temporal tem por justificação, a possibilidade de verificar mais pormenorizadamente as alterações ocorridas nos indicadores utilizados. O estudo teria então vinte e dois anos, sendo que nove desses anos, de 1990 a 1998, corresponderiam ao período Pré Euro, e os restantes treze anos, de 1999 a 2011, corresponderiam ao período Pós Euro.

²⁹ Banco Mundial.

³⁰ Banco Central Europeu.

³¹ Federação Bancária Europeia.

No entanto, para o caso concreto da Banca Portuguesa, dada a insuficiência de dados entre os anos 1990 e 1994 para alguns dos indicadores utilizados, optou-se por utilizar como ano inicial do estudo o ano 1995. No entanto, para o indicador Emprego, a sua análise será feita apenas a partir de 1999. Relativamente aos indicadores Investimentos em Meios informáticos, Investimentos em Telecomunicações, Gastos em Publicidade Avulsa, Gastos em Campanhas Publicitárias, Gastos em Formação e Crédito Concedido por Setor de Atividade, o ano de término da análise será em 2009, ao invés de 2011, dada a inexistência de dados.

No que se refere aos valores existentes para a média dos onze países que inicialmente adotaram a moeda Euro, e dada a escassez de dados entre 1990 e 1998, optou-se por utilizar como ano inicial nesta análise, o ano 1999.

3.1.3. Base de dados

Para a análise quantitativa efetuada nesta dissertação, foram utilizados como base de dados, a nível nacional, a informação que a Associação Portuguesa de Bancos divulga nos seus Boletins Informativos, e também as estatísticas divulgadas pelo Banco de Portugal.

Relativamente à APB, e tendo em conta que se recorreu aos seus Boletins Informativos³², foram trabalhados os dados referentes ao Balanço do Total do Setor Bancário. Para além da utilização dos balanços, recorreu-se ainda à informação contida nos quadros informativos relativos à “Repartição do Crédito Concedido por Setor de Atividade”, às “Operações Extrapatrimoniais” e às “Despesas e Investimentos”, para o período entre 1995 e 2011. Quanto à informação obtida a partir da base de dados estatística do BP, foram trabalhados os dados referentes às “Taxas de juro bancárias – Empréstimos e depósitos”³³, igualmente para o período entre 1995 e 2011.

Para os dados internacionais, recorreu-se à base de dados do World Bank, da European Banking Federation e à plataforma financeira informática do OANDA. Quanto à base de dados do

³² Boletim Informativo nº 17 – ano: 1995; Boletim Informativo nº 19 – ano: 1996; Boletim Informativo nº 21 – ano: 1997; Boletim Informativo nº 23 – ano: 1998; Boletim Informativo nº 25 – ano: 1999; Boletim Informativo nº 27 – ano: 2000; Boletim Informativo nº 29 – ano: 2001; Boletim Informativo nº 31 – ano: 2002; Boletim Informativo nº 33 – ano: 2003; Boletim Informativo nº 35 – ano: 2004; Boletim Informativo nº 41 – ano: 2007; Boletim Informativo nº 43 – ano: 2008; Boletim Informativo nº 45 – ano: 2009; Boletim Informativo nº 46 – ano: 2010 e Boletim Informativo nº 47 – ano: 2011.

³³ BPstat – Estatísticas Online in [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/\(S\(ygl2blal3dmapfis4yo54n45\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(ygl2blal3dmapfis4yo54n45))/SeriesCronologicas.aspx).

World Bank, foram trabalhados os dados relativos ao Quadro do “Deposit interest rate (%)”³⁴ e ao Quadro do “Lending interest rate (%)”³⁵, referentes ao período de tempo entre 1995 e 2011. Relativamente aos dados disponibilizados pela European Banking Federation³⁶, apenas foi possível observar os anos de 1999 a 2011, para as tabelas referentes a “Employment” e a “LOANS-Total”. Por fim, o recurso à base de dados *on-line* OANDA³⁷ foi oportuno, pois nela foi possível obter os valores relativos ao historial das taxas de câmbio, mas apenas para o período de tempo entre 1999 e 2011.

No que se refere à análise teórica, houve a necessidade de recorrer à informação presente nos Relatórios Anuais de 1999 e 2000 do BP no que se refere ao TARGET e ao Regime de Reservas Mínimas. Assim como a publicação recente de um estudo³⁸ a nível Europeu, pelo European Central Bank em Abril de 2013, contribuiu para a análise do *correspondent banking*.

3.1.4. Indicadores

Tendo sido já anteriormente apresentado o período da análise e as bases de dados que a suportam, cabe agora referir os indicadores que irão ser utilizados na análise quantitativa. No seguinte quadro, apresenta-se os indicadores utilizados para este estudo, bem como a base de dados da qual foram retirados e também o período de dados nela disponível.

Quadro 3 – Indicadores da amostra

Indicadores	Base de dados	Período de tempo
Investimentos em Meios Informáticos	APB	1995 - 2009
Investimentos em Telecomunicações	APB	1995 - 2009
Gastos em Publicidade Avulsa	APB	1995 - 2009
Gastos em Campanhas Publicitárias	APB	1995 - 2009
Gastos em Formação	APB	1995 - 2009
Emprego	EBF	1999 - 2009

Fonte: Elaboração própria.

³⁴ World DataBank in <http://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.DPST>

³⁵ World DataBank in <http://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LEND>

³⁶ EBF Banking Sector Statistic Database 2012 in <http://www.ebf-fbe.eu/index.php?page=statistics>

³⁷ OANDA in <http://www.oanda.com/lang/pt/currency/historical-rates/>

³⁸ “Eight survey on correspondent banking in Euro”.

Quadro 3 – Indicadores da amostra (Continuação)

Indicadores	Base de dados	Período de tempo
Operações Cambiais e Instrumentos Derivados	APB	1995 - 2011
Margem Financeira	APB	1995 - 2011
Taxa de Juro de Depósitos	BP	1995 - 2011
	World Bank	1995 - 2011
Taxa de juro de empréstimos	BP	1995 - 2011
	World Bank	1995 - 2011
Funding	APB	1995 - 2011
Taxas de câmbio EUR/USD	OANDA	1999 - 2011
Empréstimos	APB	1995 - 2011
	EBF	1999 - 2011

Fonte: Elaboração própria.

Importa aqui identificar os países contemplados para cada um dos indicadores. Para o caso específico da Banca Portuguesa, serão estudados todos os indicadores apresentados no quadro anterior. Relativamente à média dos onze países que inicialmente adotaram a moeda Euro, apenas serão estudados o Emprego, as Taxas de Juro dos Depósitos e dos Empréstimos, as Taxas de Câmbio EUR/USD e os Empréstimos.

3.1.4.1. Desvantagens

No Quadro 4 faz-se a correspondência entre as desvantagens e os indicadores utilizados para a sua quantificação.

Quadro 4 – Desvantagens e respetivos indicadores

Desvantagens		Indicadores
Custos Diretos	Tecnologias de informação	Investimentos em meios informáticos
		Investimentos em telecomunicações
	Marketing e relações públicas	Gastos em publicidade avulsa
		Gastos em campanhas publicitárias
	Formação do pessoal	Gastos em formação

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 – Desvantagens e respetivos indicadores (Continuação)

Desvantagens		Indicadores
Perdas de postos de trabalho		Emprego
Perdas em operações cambiais		Operações cambiais e instrumentos derivados
Redução das taxas de juro		Taxa de juro de depósitos
		Taxa de juro de empréstimos
		Margem Financeira
Intensificação da concorrência	Redução da margem financeira	Margem Financeira
Funding		Funding

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos custos previstos com as Tecnologias da Informação, serão utilizados para a sua análise os Investimentos em Meios Informáticos e os Investimentos em Telecomunicações. No que toca aos custos com Marketing e Relações Públicas, o seu estudo passará pela análise dos Gastos em Publicidade Avulsa e dos Gastos em Campanhas Publicitárias. Relativamente aos custos com a Formação do Pessoal, será utilizado para a sua análise os Gastos em Formação. A análise do indicador Emprego terá por base o estudo das Perdas de Postos de Trabalho.

Pretende-se também estudar as Perdas ocorridas com as Operações Cambiais. Para tal, será analisada a rubrica Operações Cambiais e Instrumentos Derivados³⁹, por forma a medir o volume dessas perdas.

Relativamente à Redução das Taxas de Juro, pretende-se verificar se ocorreram efetivamente reduções nas Taxas de Juro tanto dos Depósitos como dos Empréstimos. Pretende-se também, neste caso, confirmar se a redução prevista nas taxas de juro provocou algum impacto negativo na Margem Financeira.

Quanto à Intensificação da Concorrência, previa-se que esta afetasse negativamente a Margem Financeira. Sendo que a concorrência iria ser efetuada através das taxas de juro, para comprovar que realmente o impacto seria negativo, irá recorrer-se à rubrica Margem Financeira.

³⁹ De 1995 a 2009, a APB dava a esta rubrica o nome de Operações Cambiais, Taxas de juro e S/ Cotações. A partir de 2010, esta rubrica passou-se a chamar Operações Cambiais e Instrumentos Derivados.

Por último, apesar de se prever um aumento com o Custo do Funding (Custo do Financiamento), o indicador Funding⁴⁰ apenas irá relatar a evolução da quantidade de financiamento obtido.

3.1.4.2. Vantagens

No Quadro 5, faz-se a correspondência entre as vantagens e os indicadores utilizados para a sua quantificação.

Quadro 5 - Vantagens e respetivos indicadores

Vantagens		Indicadores
Uma moeda nacional forte		Taxas de câmbio EUR/USD
Baixa inflação		Empréstimos
Maior concorrência	Taxas de juro	Taxa de juro de empréstimos

Fonte: Elaboração própria.

Tal como referido anteriormente, previa-se que o Euro se tornasse numa moeda forte internacionalmente, capaz de competir com o dólar americano. Para tal, serão analisadas as Taxas de Câmbio EUR/USD, por forma a observar a cotação do Euro face ao dólar.

Quanto à baixa inflação prevista para a era Pós Euro, sabe-se que esta provocaria uma redução nas taxas de juro. Para comprovar tal previsão será utilizada para a sua análise os Empréstimos⁴¹ concedidos pelas instituições bancárias.

Por último, relativamente à possibilidade de aumento da Concorrência, previa-se que este se viesse a efetuar através da redução das taxas de juro. Para tal, será analisada a Taxa de Juro de Empréstimos.

⁴⁰ Para o indicador Funding foi necessário efetuar cálculos de diversas rubricas. De 1995 a 2004, as rubricas retiradas do Balanço foram: Débitos P^a. C/ Inst. Crédito, Débitos Para Com Clientes e Débitos Repres. Por Títulos. De 2005 a 2009, as rubricas foram: Recursos de Bancos Centrais, Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, Responsabilidades Representadas por Títulos, Instrumentos Representativos de Capital e Outros Passivos Subordinados. Entre 2010 e 2011, as rubricas foram: Recursos de Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes e Outros Empréstimos e Títulos de Dívida Emitidos e Outros Instrumentos de Capital.

⁴¹ Para a média da UE serão analisados os Empréstimos Totais, e para Portugal será analisada a rubrica Créditos a Clientes e Crédito Concedido por Setor de Atividade. Relativamente à rubrica Crédito a Clientes, até 2004 esta denominava-se Créditos s/ Clientes.

3.1.5. Formulação das Hipóteses

Nesta subsecção serão apresentadas as hipóteses formuladas para cada previsão, negativa e positiva, descritas no ponto anterior. Para uma melhor compreensão, esta subsecção será então dividida em dois pontos fundamentais, as desvantagens e as vantagens.

3.1.5.1. Desvantagens

- **Hipótese 1:** Com a introdução do Euro, as instituições bancárias incorreram em custos diretamente imputáveis ao seu funcionamento.
- **Hipótese 2:** A adesão à moeda única Europeia levou à diminuição de cerca de 50.000 postos de trabalho no setor bancário.
- **Hipótese 3:** A introdução da moeda Euro levou ao decréscimo progressivo das operações cambiais.
- **Hipótese 4:** A entrada em vigor do Euro levou à redução das taxas de juro, o que fez com que a margem financeira decrescesse.
- **Hipótese 5:** A adesão à moeda única conduziu ao aumento da concorrência provocado pela diminuição das taxas de juro, levando por sua vez à redução da margem financeira.
- **Hipótese 6:** A introdução da moeda Euro levou à diminuição do serviço de *correspondent banking*.
- **Hipótese 7:** A adesão à moeda Euro levou ao aumento do custo de *funding*.

3.1.5.2. Vantagens

- **Hipótese 8:** A introdução do Euro levou à criação do Sistema TARGET, sendo que este contribuiu para a redução dos riscos de pagamentos, bem como para uma melhor integração no mercado monetário.
- **Hipótese 9:** A posição de destaque que o Euro alcançou nos mercados financeiros internacionais, fez dela uma moeda capaz de competir com o dólar dos EUA.

- **Hipótese 10:** A adesão à moeda única conduziu à baixa inflação, que por sua vez originou uma diminuição das taxas de juro, levando a um aumento dos empréstimos.
- **Hipótese 11:** A introdução da moeda Euro levou à alteração do regime de reservas de caixa.
- **Hipótese 12:** A adesão à moeda única Europeia levou ao alargamento dos prazos de cedência de liquidez para 3 meses.
- **Hipótese 13:** A entrada em vigor do Euro conduziu ao aumento da concorrência provocado pela diminuição das taxas de juro de empréstimos.
- **Hipótese 14:** Com a introdução da moeda única verificou-se um aumento da concorrência, o que por sua vez levou a um aumento de fusões.

3.2. Limitações

Afigura-se necessário fazer também referência às limitações encontradas. Um dos obstáculos encontrados prende-se com o facto de não ter sido possível encontrar indicadores suficientes, por forma a quantificar e confirmar todas os efeitos positivos e negativos identificados na revisão literária.

Outra das limitações com que se deparou esta dissertação, foi a impossibilidade de encontrar, para a média dos onze países que inicialmente adotaram o Euro, os mesmos indicadores encontrados para o caso particular da Banca Portuguesa.

Relativamente à amostra das Taxas de Juro, tanto dos Depósitos como dos Empréstimos, esta não continha a totalidade dos dados anuais para a maioria dos onze países. Para contornar este obstáculo, optou-se por ir excluindo os países à medida que estes deixavam de apresentar valores para o ano em análise. No cálculo da média da Taxa de Juro dos Depósitos, foi excluído a partir de 1999 o Luxemburgo, a Áustria e Portugal a partir de 2000, a partir de 2002 a Alemanha e a Espanha, a Bélgica e Itália a partir de 2004, a Finlândia a partir de 2005 e a Irlanda a partir de 2006. Quanto ao cálculo da média da Taxa de Juro dos Empréstimos, a Áustria apenas fez parte dos cálculos em 1998 e em 1999, a partir de 1999 foi

excluído o Luxemburgo, a partir de 2000 foi excluído Portugal, tanto a Alemanha como a Espanha foram excluídas a partir de 2003, a partir de 2005 foram excluídas a Finlândia e a França, a partir de 2006 foi excluída a Irlanda e a partir de 2010 foi excluída a Bélgica.

Para o caso específico do estudo da Banca Portuguesa, e no que se refere às Taxas de Juro dos Depósitos e dos Empréstimos, não foi possível obter informação em termos globais. No que toca às Taxas de Juros de Depósitos, apenas se obteve informação relativamente às Taxas de Juro sobre Novas Operações de Depósito com Prazo Acordado de Sociedades Não Financeiras e de Particulares. No que se refere às Taxas de Juro dos Empréstimos, apenas foi possível aceder a informação respeitante às Taxas de Juro sobre Novas Operações de Empréstimos relativamente ao Consumo e a Outros Fins. Para além deste entrave, também apenas foi possível obter esta informação, entre o período de 1995 a 2011, em taxas mensais e não anuais. De maneira a contornar esta situação, optou-se por utilizar as taxas a 31 de Dezembro de cada ano.

Ainda no caso concreto português, relativamente à desvantagem do aumento do custo de funding após a entrada do Euro em vigor, não foi possível encontrar dados que revelassem o aumento desse mesmo custo para as instituições bancárias. No entanto, foi possível encontrar a evolução do montante financiado a essas mesmas entidades.

Tais limitações fizeram com que a dimensão do estudo fosse um pouco mais reduzida do que inicialmente tinha sido previsto.

Capítulo IV – Estudo de Caso

Tendo já sido apresentado no capítulo anterior o estudo a efetuar, bem como as suas características essenciais, pretende-se neste capítulo apresentar os resultados conseguidos com a presente investigação. Desta maneira pretende-se concluir se podemos aceitar as hipóteses formuladas no capítulo anterior.

Dado que o estudo efetuado nesta dissertação recorre a dados quantitativos e dados teóricos, a apresentação dos resultados irá ser feita separadamente. Quanto ao estudo quantitativo, analisar-se-á para cada desvantagem e vantagem as variações ocorridas ao longo do tempo, por forma a apurar se os efeitos esperados do Euro sobre a Banca são similares aos efeitos efetivos. Para tal, serão dados a conhecer os dados numéricos, bem como os gráficos que ilustram esses mesmos resultados. Sempre que possível, justificar-se-á com base na literatura as observadas evoluções das variáveis.

Relativamente à análise de dados teóricos, apenas se irá fazer referência a conclusões a que alguns estudos chegaram, no âmbito das desvantagens e vantagens anteriormente referidas para este caso específico.

Por fim, o capítulo será ainda composto por uma conclusão geral, retirada dos dois tipos de análise aqui efetuadas.

4.1. Desvantagens

Nesta secção, serão então analisados os valores obtidos para cada indicador relativo aos efeitos negativos que se previam, para o sistema bancário europeu e português, com a introdução da moeda única.

As desvantagens aqui tratadas serão os Custos Diretos, as Perdas de Postos de Trabalho, as Perdas em Operações Cambiais, a Redução das Taxas de Juro, a Intensificação da Concorrência e o Custo do Funding. A cada uma destas desvantagens corresponderá uma análise gráfica e uma conclusão, em que será descrito se aquilo que havia sido previsto para cada uma delas se verificou.

Todos os indicadores apresentam dados para o caso concreto de Portugal, sendo que, para a Média dos 11 Países da UEM, apenas existem dados para a análise das Perdas de Postos de Trabalho e para a Redução das Taxas de Juro.

4.1.1. Custos Diretos Transitórios

4.1.1.1. Tecnologias de Informação

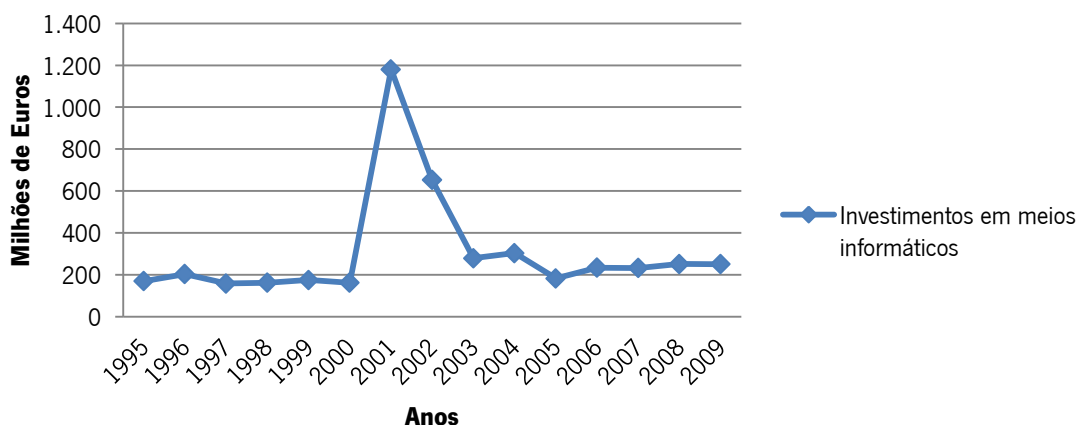
Quadro 6 – Indicadores em termos monetários referentes às Tecnologias de Informação entre 1995 e 2009 para Portugal

<div>Indicadores</div> <div>Anos</div>	Investimentos em Meios Informáticos	Investimentos em Telecomunicações
	Milhões de Euros	Milhões de Euros
1995	170	11
1996	203	9
1997	158	9
1998	162	12
1999	175	26
2000	162	13
2001	1.181	278
2002	652	181
2003	279	31
2004	304	12
2005	183	11
2006	234	13
2007	233	24
2008	251	25
2009	251	16

Fonte: Elaboração própria.

➤ **Investimentos em Meios Informáticos**

Gráfico 1 – Evolução temporal em Euros do indicador Investimentos em Meios Informáticos entre 1995 e 2009 para Portugal



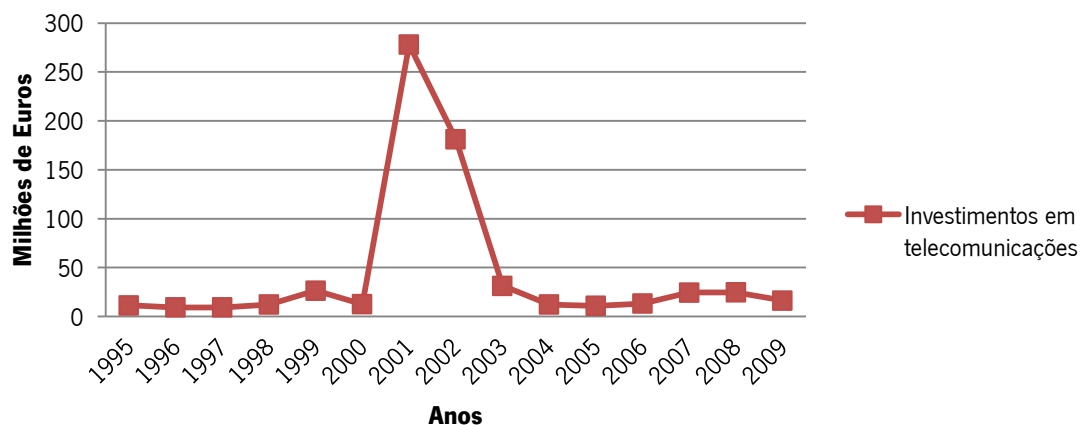
Fonte: Elaboração própria.

Da observação do Quadro 6 e Gráfico 1, constata-se que, em termos gerais, os custos relativos aos investimentos em meios informáticos sofreram um ligeiro aumento, da era Pré Euro, de 1995 a 1998, para a era Pós Euro, de 1999 a 2009, mantendo-se os seus valores a um nível quase constante. No entanto, há que fazer referência ao período entre 1999 e 2002, que sendo o período subsequente à entrada do Euro em vigor, foi também o período em que se observou uma maior oscilação destes custos.

Verifica-se que no primeiro ano de transição do Escudo para o Euro, ou seja, de 1998 para 1999, houve um ligeiro aumento dos custos, de 162 milhões para 175 milhões de Euros, seguido de uma ligeira diminuição destes, de 1999 para 2000, de 175 milhões para 162 milhões de Euros. No entanto, a grande oscilação ocorreu entre 2000 e 2001, havendo um aumento de cerca de 1.019 milhões de Euros de um ano para o outro. De 2001 para 2002, ocorreu novamente uma descida dos custos, de 1.181 milhões de Euros para 652 milhões de Euros, verificando-se também uma nova descida dos valores de 2002 para 2003.

➤ **Investimentos em Telecomunicações**

Gráfico 2 – Evolução temporal em Euros do indicador Investimentos em Telecomunicações entre 1995 e 2009 para Portugal



Fonte: Elaboração própria.

Fazendo uma análise aos valores dos custos diretos, com a tecnologia de informação, nomeadamente ao que toca aos investimentos em telecomunicações, verifica-se no Gráfico 2 que, em termos globais, estes custos seguem uma tendência semelhante aos custos de investimentos em meios informáticos, no entanto com valores bastantes inferiores. Relativamente ao período entre 1999 e 2002 verifica-se que ocorreu, também neste caso, uma grande variação destes custos.

Verifica-se que no primeiro ano de transição do Escudo para o Euro, ou seja, de 1998 para 1999, houve um ligeiro aumento dos custos, de 12 milhões para 26 milhões de Euros, seguido de uma ligeira diminuição destes, de 1999 para 2000, de 26 milhões para 13 milhões de Euros. No entanto, a grande oscilação ocorreu entre 2000 e 2001, havendo um aumento de cerca de 266 milhões de Euros de um ano para o outro. De 2001 para 2002, ocorreu novamente uma descida dos custos, de 278 milhões de Euros para 181 milhões de Euros verificando-se também uma nova descida dos valores de 2002 para 2003.

4.1.1.2. Marketing e Relações Públicas

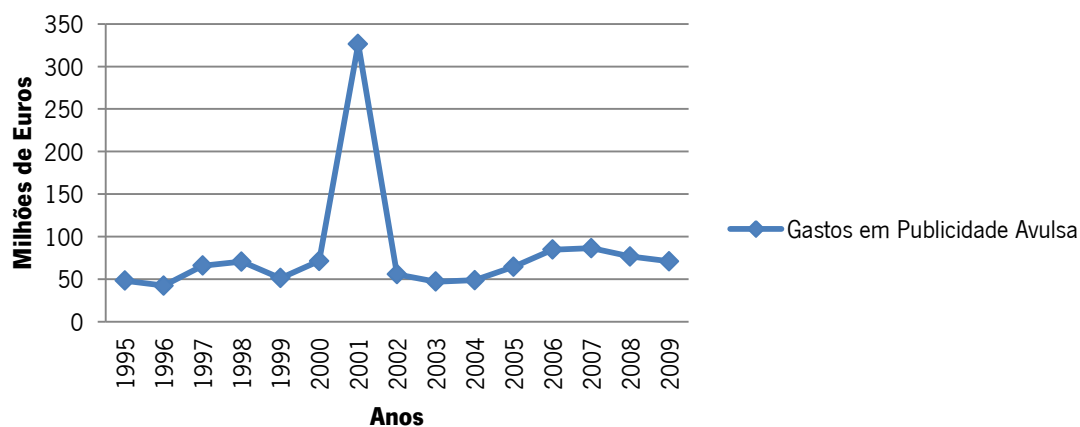
Quadro 7 – Indicadores em termos monetários referentes a custos de Marketing e Relações Públicas para entre 1995 e 2009 Portugal

Indicadores Anos	Gastos em Publicidade Avulsa	Gastos em Campanhas Publicitárias
	Milhões de Euros	Milhões de Euros
1995	48	32
1996	42	45
1997	66	44
1998	71	41
1999	51	63
2000	71	53
2001	326	124
2002	56	79
2003	47	84
2004	49	79
2005	64	65
2006	85	101
2007	86	114
2008	77	95
2009	71	67

Fonte: Elaboração própria.

➤ **Gastos em publicidade avulsa**

Gráfico 3 – Evolução temporal em Euros do indicador Gastos em Publicidade Avulsa entre 1995 e 2009 para Portugal



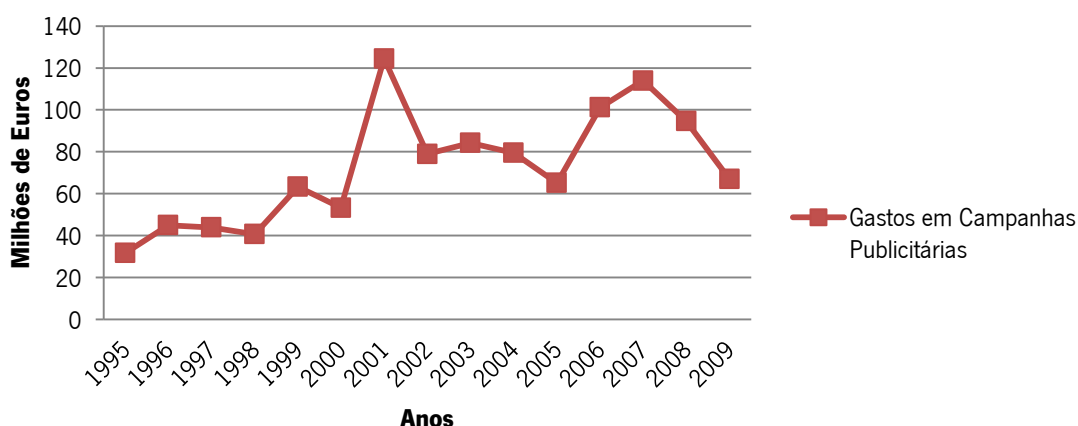
Fonte: Elaboração própria.

Analisando, no Quadro 7 e Gráfico 3, os valores dos custos diretos com marketing e relações públicas, verifica-se que no que se refere aos gastos com publicidade avulsa, os gastos relativos ao período Pós Euro, ou seja, entre 1999 e 2009, apresentaram valores um pouco superiores aos observados na era Pré Euro, de 1995 a 1998.

Para o período entre 2000 e 2001, em que ainda decorria a alteração das moedas, é possível verificar um grande aumento destes gastos, de cerca de 71 milhões de Euros para cerca de 326 milhões de Euros. A partir de 2002 os valores retomaram o mesmo nível de gastos que se havia verificado até ao ano 2000.

➤ **Gastos em campanhas publicitárias**

Gráfico 4 – Evolução temporal em Euros do indicador Gastos em Campanhas Publicitárias entre 1995 e 2009 para Portugal



Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos gastos em campanhas publicitárias é possível verificar, no Gráfico 4, que entre 1995 e 2009 os valores apresentados foram inconstantes, ocorrendo várias oscilações, sendo que na era Pós Euro os valores são mais elevados do que na era Pré Euro. Observa-se que a oscilação mais relevante ocorreu no período entre 2000 e 2001, período este de transição entre o Escudo e o Euro, de cerca de 53 milhões de Euros para cerca de 124 milhões de Euros.

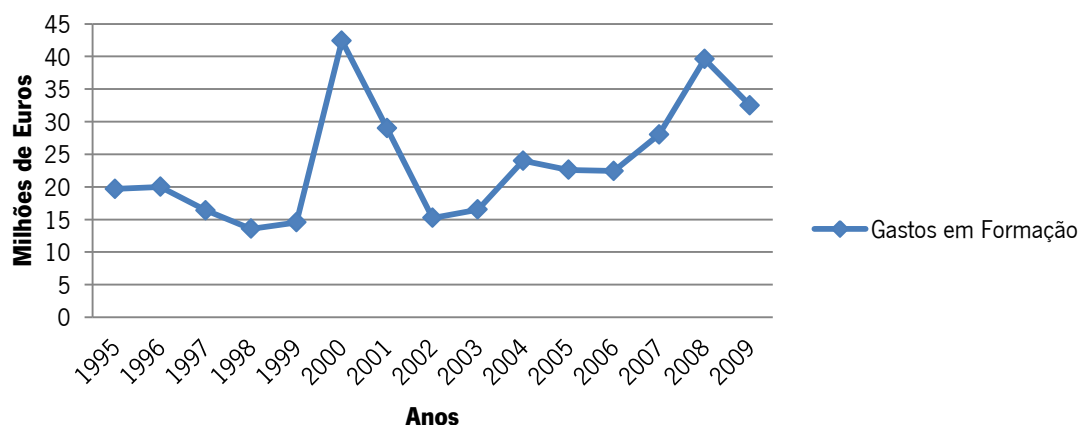
4.1.1.3. Formação do Pessoal

Quadro 8 – Indicador em termos monetários referente à Formação do Pessoal entre 1995 e 2009 para Portugal

Anos	Indicador	Anos	Indicador
	Gastos em Formação Milhões de Euros		Gastos em Formação Milhões de Euros
1995	20	2003	17
1996	20	2004	24
1997	16	2005	23
1998	14	2006	22
1999	15	2007	28
2000	42	2008	40
2001	29	2009	33
2002	15		

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 5 – Evolução temporal em Euros do indicador Gastos em Formação entre 1995 e 2009 para Portugal



Fonte: Elaboração própria.

No que toca aos gastos com formação do pessoal (Quadro 8 e Gráfico 5), é possível constatar uma tendência oposta de gastos na época Pré Euro versus Pós Euro. Em termos gerais, de 1995 a 1998 os gastos com a formação do pessoal decresceram. Já no período de 1999 a 2009, verifica-se uma tendência crescente deste tipo de custos. Torna-se mais uma vez relevante notar que no período de transição destas duas moedas, entre 1999 e 2000, os gastos aumentaram de cerca de 15 milhões de Euros para cerca de 42 milhões de Euros.

4.1.1.4. Conclusão

De acordo com o estudo da Federação Bancária Europeia, referido por Ucha e Sande (1999), antevia-se que as entidades bancárias europeias viessem a incorrer em custos operacionais com a introdução da moeda única, a curto prazo. Santos (2000) perspetivava também a concretização de elevados custos, no curto prazo, para as instituições bancárias. A análise aqui realizada permite concluir que tais previsões foram acertadas. É possível constatar que, em todos os custos aqui apresentados, ocorreu um forte aumento dos valores nos anos iniciais após a introdução do Euro.

4.1.2. Perdas de Postos de Trabalho

Quadro 9 – Indicador referente às Perdas de Postos de Trabalho entre 1999 e 2011 para Portugal

Anos \ Indicador	Emprego
	Nº Empregados
1999	61.319
2000	58.097
2001	55.538
2002	55.679
2003	54.350
2004	53.230
2005	54.035
2006	58.213
2007	60.979
2008	62.377
2009	61.595
2010	61.550
2011	60.534

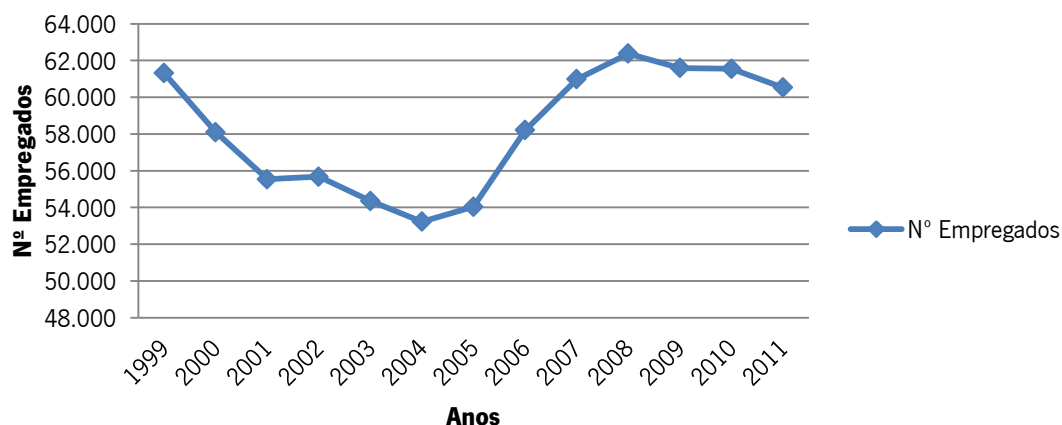
Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10 – Indicador referente às Perdas de Postos de Trabalho entre 1999 e 2011 para a média dos 11 países da UEM

Anos \ Indicador	Emprego
	Nº Empregados
1999	196.513
2000	195.163
2001	197.315
2002	194.462
2003	190.241
2004	188.488
2005	189.475
2006	192.029
2007	195.020
2008	194.650
2009	189.373
2010	183.883
2011	181.374

4.1.2.1. Portugal

Gráfico 6 – Evolução temporal do indicador N° de Empregados entre 1999 e 2011 para Portugal



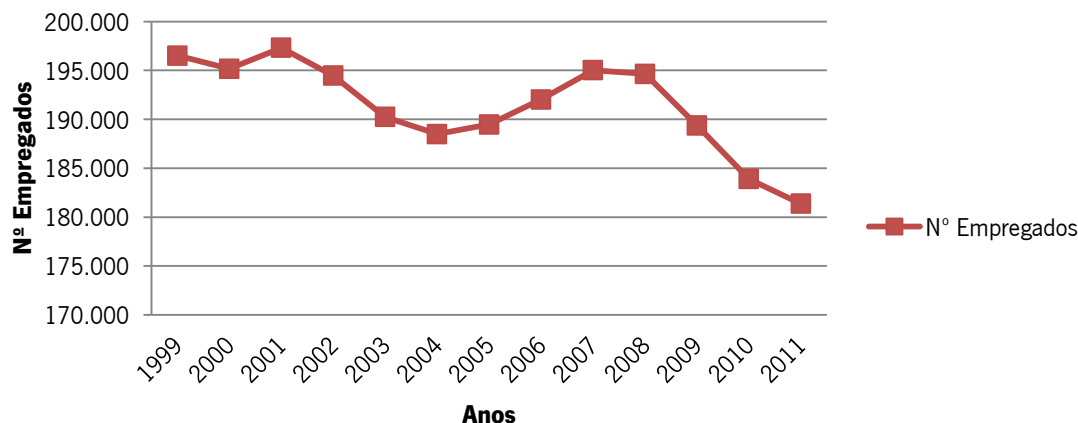
Fonte: Elaboração própria.

A observação do número de empregados no setor bancário em Portugal (no Quadro 9 e Gráfico 6) indica que nos primeiros 5 anos da era Pós Euro houve uma diminuição do número de pessoas a trabalhar neste setor. Pelo contrário, verifica-se a partir de 2004 um aumento considerável do pessoal até 2008. Entre 2008 e 2011, verifica-se uma ligeira diminuição do pessoal afeto às entidades bancárias.

Em relação ao ano de 2004, a APB justifica a descida do número de empregados afetos à atividade bancária, com a reestruturação de algumas das instituições financeiras a operar no país. Por sua vez, em 2008 regista-se o valor mais alto atingido no período em análise, que é justificado em grande parte, segundo a APB, pelo crescimento do número de balcões. A redução do número de trabalhadores ocorrida em 2011 esteve associada, segundo a APB, à grave conjuntura económica e financeira sentida em Portugal, e em grande medida sentida pelo setor bancário. A conjuntura vivida obrigou as instituições bancárias a adotar estratégias para a redução de custos, que passou sobretudo pela diminuição do número de empregados.

4.1.2.2. Média dos Países da UEM

Gráfico 7 – Evolução temporal do indicador N° de Empregados entre 1999 e 2011 para a média dos 11 países da UEM



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao número de empregados relativos às entidades bancárias dos países que adotaram inicialmente o Euro, o Quadro 10 e Gráfico 7 mostram que, entre 1999 e 2011, ocorreram algumas oscilações.

Analisando pormenorizadamente o gráfico é possível constatar que, de 1999 para 2000 ocorreu uma ligeira descida do número médio de empregados, seguido de uma ligeira subida do número médio destes, de 2000 para 2001. Em média, o número de empregados sofreu uma queda contínua desde 2001 até 2004, de cerca de 8.828 mil pessoas. De 2004 a 2007 verificou-se uma recuperação de cerca de 6.533 mil empregados. A partir de 2007 o número de empregados voltou a diminuir ainda que ligeiramente até 2008, mas acentuadamente desde este ano até 2011, tendo-se perdido em média cerca de 13.275 mil empregados.

4.1.2.3. Conclusão

Apesar de Ucha e Sande (1999) terem referido que alguns analistas previam uma perda de postos de trabalho no setor bancário Europeu de cerca de 50.000 pessoas, foi possível constatar uma perda bastante inferior à estimada. É então possível concluir que, apesar de realmente se ter verificado uma redução nos postos de trabalho, a introdução do Euro não provocou um efeito tão acentuado como aquele que tinha sido previsto.

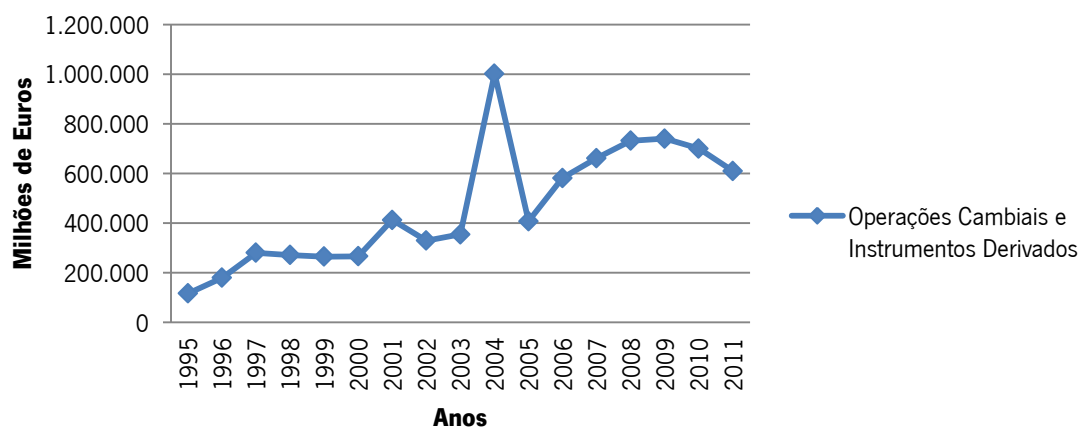
4.1.3. Perdas em Operações Cambiais

Quadro 11 – Indicador em termos monetários referente às Perdas em Operações Cambiais entre 1995 e 2011 para Portugal

Indicador Anos	Operações Cambiais e Instrumentos Derivados	Indicador Anos	Operações Cambiais e Instrumentos Derivados
	Milhões de Euros		Milhões de Euros
1995	116.092	2004	1.002.116
1996	178.946	2005	407.251
1997	280.072	2006	581.428
1998	271.059	2007	660.853
1999	264.270	2008	731.264
2000	265.756	2009	739.681
2001	412.291	2010	699.820
2002	329.028	2011	609.786
2003	353.765		

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 8 – Evolução temporal em Euros do indicador Operações Cambiais e Instrumentos Derivados entre 1995 e 2011 para Portugal



Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos valores das operações cambiais (no Quadro 11 e Gráfico 8), é possível verificar que os resultados com este tipo de operações foram bastante superiores na era Pós Euro, de 1999 a 2011, relativamente à era Pré Euro, de 1995 a 1998.

Em termos concretos, é possível constatar a partir da análise gráfica que apesar de no primeiro ano da fase de mudança do Escudo para Euro se terem registado perdas com as operações cambiais, esta tendência inverteu-se até 2001. Porém, apesar da descida verificada entre 2001 e 2002, a tendência deste tipo de operações foi sempre crescente com especial destaque para o valor obtido em 2004, ano em que os valores atingiram o ponto mais alto no período em análise.

4.1.3.1. Conclusões

Apesar de diversos autores, tais como Mello (1997), Neto (1996), Pinto (1997), entre outros, preverem que a introdução do Euro traria perdas significativas para o negócio bancário em termos de operações cambiais e de instrumentos derivados a ela associados, tal não se verificou. Pelo contrário, constata-se um aumento ligeiro nos primeiros três a quatro anos deste tipo de operações seguido de um aumento mais acentuado nos anos seguintes. Relativamente a este indicador, há uma clara disparidade entre o efeito esperado e o efeito efetivo.

4.1.4. Redução das Taxas de Juro

4.1.4.1. Taxas de Juro de Depósitos

Quadro 12 – Indicador em termos monetários referente às Taxas de Juro de Depósitos entre 1995 e 2011 para Portugal

Anos \ Indicador	Tx. Juro Depósitos de SNF ⁴²	Tx. Juro Depósitos de Particulares ⁴³
	%	%
1995	7,97	8,07
1996	5,45	5,43
1997	4,01	4,18
1998	2,78	2,92
1999	2,67	2,45
2000	4,10	3,55
2001	2,82	2,71
2002	2,80	2,56
2003	2,15	1,85
2004	2,20	1,89
2005	2,40	1,98
2006	3,84	3,27
2007	4,81	4,16
2008	3,71	3,68
2009	1,32	1,52
2010	3,22	2,56
2011	2,92	3,56

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 13 – Indicador em termos monetários referente às Taxas de Juro de Depósitos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM

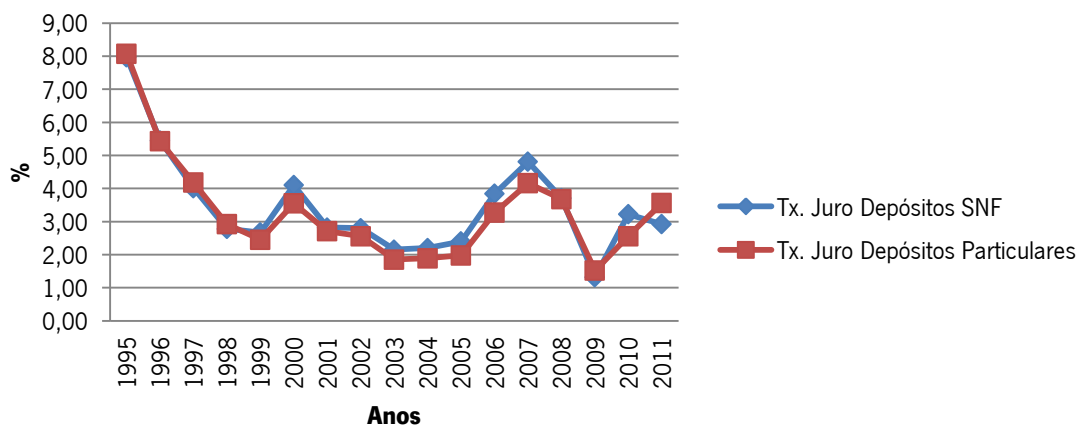
Anos \ Indicador	Tx. Juro Depósitos
	%
1995	4,55
1996	3,59
1997	3,02
1998	2,55
1999	1,95
2000	2,38
2001	2,53
2002	2,08
2003	1,48
2004	1,40
2005	1,47
2006	2,70
2007	3,40
2008	4,05
2009	2,25
2010	1,90
2011	2,35

⁴² Taxas de juro sobre novas operações de depósitos com prazo acordado de sociedades não financeiras residentes na área do Euro em outras instituições financeiras monetárias residentes em Portugal – Até 1 ano.

⁴³ Taxas de juro sobre novas operações de depósitos com prazo acordado de particulares residentes na área do Euro em outras instituições financeiras monetárias residentes em Portugal – Até 1 ano.

➤ **Portugal**

Gráfico 9 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Depósitos entre 1995 e 2011 para Portugal



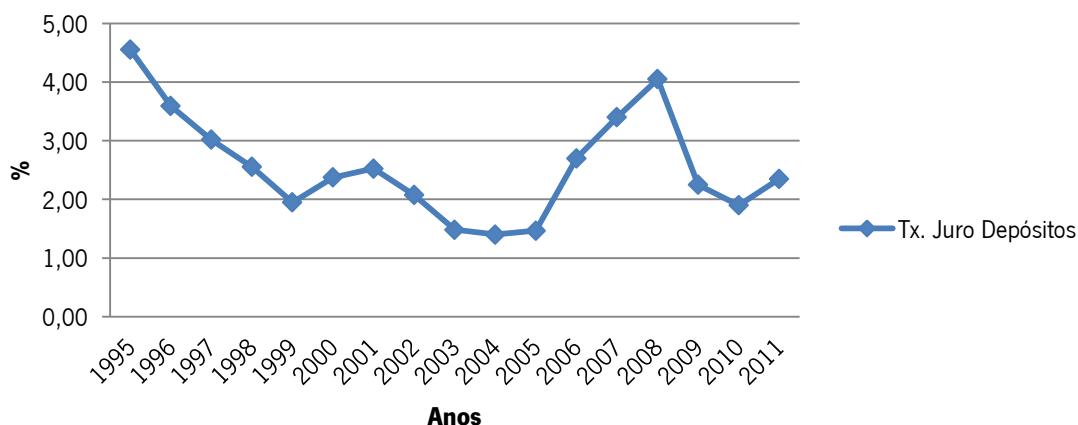
Fonte: Elaboração própria.

Quanto às Taxas de Juro dos Depósitos para Portugal (no Quadro 12 e Gráfico 9), observa-se que no período entre 1995 e 1999 ocorreu uma redução acentuada e contínua desta taxa, tanto para a SNF como para os particulares. Relativamente ao período de 1999 a 2011, sucederam algumas oscilações. Apesar de haver um ligeiro aumento de 1999 para 2000, registou-se a partir desta última data uma diminuição em ambas as taxas até sensivelmente ao ano de 2003. A partir de 2003 e até 2007 esta tendência inverteu-se tendo estas duas taxas aumentado os seus valores, ainda que lentamente até 2005. De 2007 a 2009 voltou a observar-se uma diminuição. De 2009 a 2011, a Taxa de Juros de Depósitos de Particulares subiu, e o seu valor foi superior ao verificado em 1999.

Quando à Taxa de Juros de Depósitos de SNF, apesar de se verificar um aumento do valor de 2009 para 2010, este voltou a diminuir de 2010 para 2011, sendo o seu valor ligeiramente superior ao verificado em 1999.

➤ **Média dos Países da UEM**

Gráfico 10 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Depósitos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM



Fonte: Elaboração própria.

No que toca às taxas de juros dos depósitos para a média dos primeiros 11 países da Zona Euro, é possível verificar, no Quadro 13 e no Gráfico 10, uma forte quebra percentual desde 1995 a 2011.

De 1995 a 1998, anos Pré Euro, observa-se uma descida contínua da média das taxas. Tal situação arrastou-se ainda até 1999, ano em que se introduziu o Euro. Porém, na era Pós Euro as taxas sofreram algumas oscilações, sendo que os pontos em que a média das taxas foi mais elevada, nomeadamente 2001 e 2008, estes valores fixaram-se abaixo do verificado em 1995. Constatase ainda que o valor observado em 1998, último ano Pré Euro, foi superior ao de 2011.

4.1.4.2. Taxas de Juro de Empréstimos

Quadro 14 – Indicador em percentagem referente às Taxas de Juro de Empréstimos entre 1995 e 2011 para Portugal

Anos \ Indicador	Tx. Juro Empréstimos - consumo ⁴⁴	Tx. Juro Empréstimos - outros fins ⁴⁵
	%	%
1995	15,96	15,27
1996	14,91	14,28
1997	12,72	12,34
1998	10,28	10,21
1999	9,28	8,96
2000	10,03	9,80
2001	9,28	8,63
2002	9,58	9,03
2003	8,93	7,10
2004	8,55	6,32
2005	8,25	6,12
2006	8,78	7,16
2007	9,59	8,05
2008	9,92	6,20
2009	8,06	5,27
2010	8,39	5,83
2011	10,04	6,91

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 15 – Indicador em percentagem referente às Taxas de Juro de Empréstimos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM

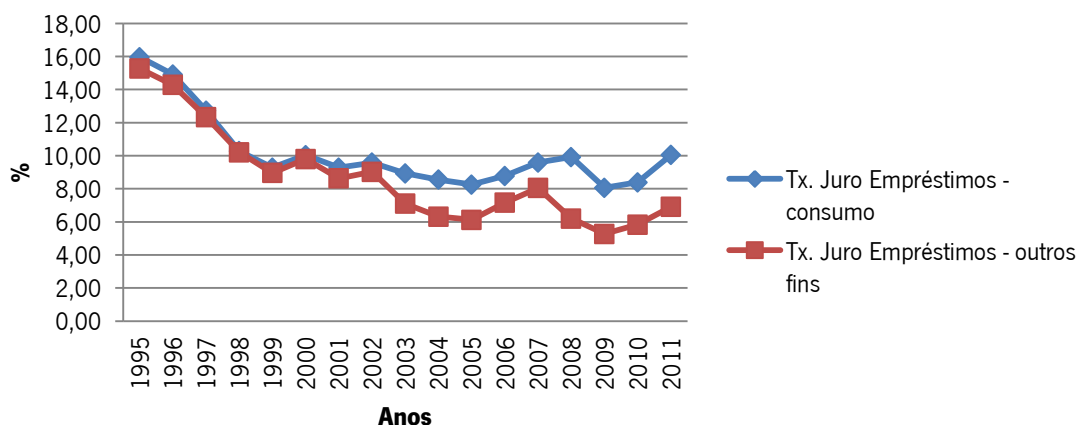
Anos \ Indicador	Tx. Juro Empréstimos
	%
1995	9,24
1996	8,04
1997	7,18
1998	6,67
1999	5,44
2000	6,46
2001	6,70
2002	5,93
2003	4,87
2004	4,65
2005	4,35
2006	5,53
2007	6,50
2008	6,87
2009	5,43
2010	2,90
2011	3,30

⁴⁴ Taxas de juro sobre novas operações de empréstimos concedidos por outras instituições financeiras monetárias residentes em Portugal a particulares residentes na área do Euro – consumo – Total.

⁴⁵ Taxas de juro sobre novas operações de empréstimos concedidos por outras instituições financeiras monetárias residentes em Portugal a particulares residentes na área do Euro – outros fins – Total.

➤ **Portugal**

Gráfico 11 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Empréstimos entre 1995 e 2011 para Portugal

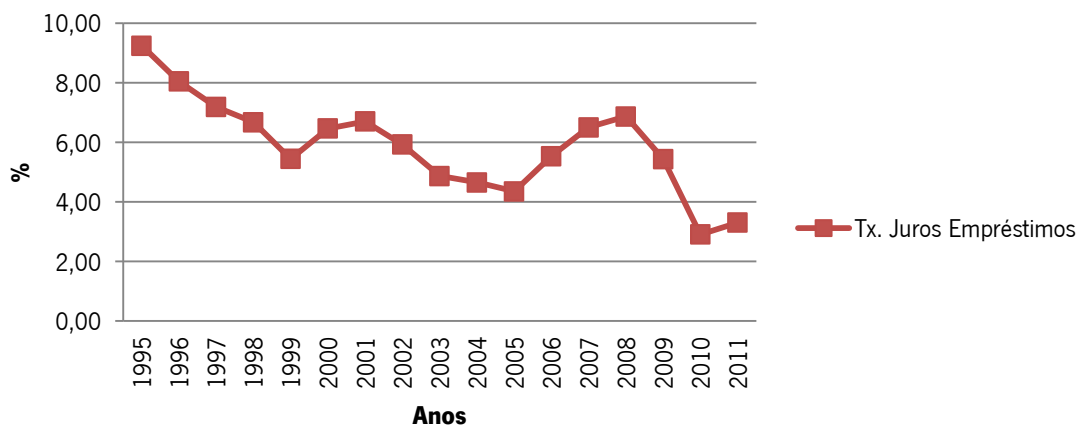


Fonte: Elaboração própria.

Relativamente às taxas de juro dos empréstimos para Portugal, é possível verificar (no Quadro 14 e Gráfico 11) que no período entre 1995 a 1999 ocorreu uma redução contínua das taxas de juro tanto para o consumo como para outros fins. Constatase que, a partir de 1999, ocorreram algumas oscilações até 2011. Apesar de a Taxa de Juro dos Empréstimos ao Consumo ter atingido praticamente o mesmo valor em 2011 em relação ao atingido em 1999, na Taxa de Juro dos Empréstimos para Outros Fins, verificou-se uma ligeira descida em 2011. No entanto, em ambos os casos a tendência crescente e decrescente dos valores foi praticamente idêntica.

➤ **Média dos Países da UEM**

Gráfico 12 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Empréstimos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente às taxas de juro dos empréstimos para a média dos países que adotaram inicialmente o Euro, verifica-se (no Quadro 15 e Gráfico 12) que, de uma maneira geral, ocorreu uma forte quebra percentual entre 1995 e 2011.

De 1995 a 1998, fase Pré Euro, observa-se uma descida contínua da média das taxas. Tal situação prolongou-se até 1999, ano em que se introduziu o Euro. Na era Pós Euro as taxas sofreram algumas oscilações, tendo-se registado os valores mais altos em 2001 e em 2008, sendo que no entanto estas percentagens se fixaram abaixo do valor registado em 1995. É ainda possível constatar que o valor observado no último ano Pré Euro foi um pouco mais elevado do que o verificado em 2011.

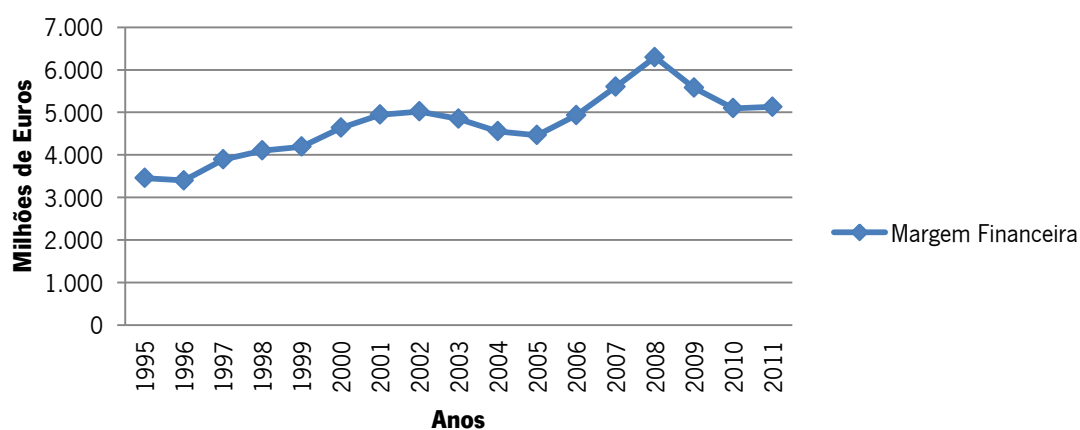
4.1.4.3. Margem Financeira

Quadro 16 – Indicador em termos monetários referente à Margem Financeira entre 1995 e 2011 para Portugal

Indicadores Anos	Margem Financeira	Indicadores Anos	Margem Financeira
	Milhões de Euros		Milhões de Euros
1995	3.455	2004	4.554
1996	3.398	2005	4.464
1997	3.893	2006	4.933
1998	4.100	2007	5.601
1999	4.192	2008	6.297
2000	4.635	2009	5.577
2001	4.944	2010	5.095
2002	5.019	2011	5.128
2003	4.846		

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 13 – Evolução temporal em Euros do indicador Margem Financeira entre 1995 e 2011 para Portugal



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à margem financeira, verifica-se (no Quadro 16 e Gráfico 13) que os valores na era Pós Euro são superiores aos valores da época Pré Euro, sendo notável uma tendência crescente de 1995 a 2008. A partir de 2008 é de notar uma descida do valor desta margem.

No período entre 1995 e 2011 a redução das taxas de juro, tanto dos depósitos como dos empréstimos, não provocou redução nas margens financeiras. De facto, enquanto as taxas de juro tomaram uma tendência decrescente ao longo do período, a margem financeira teve um comportamento inverso, de crescimento.

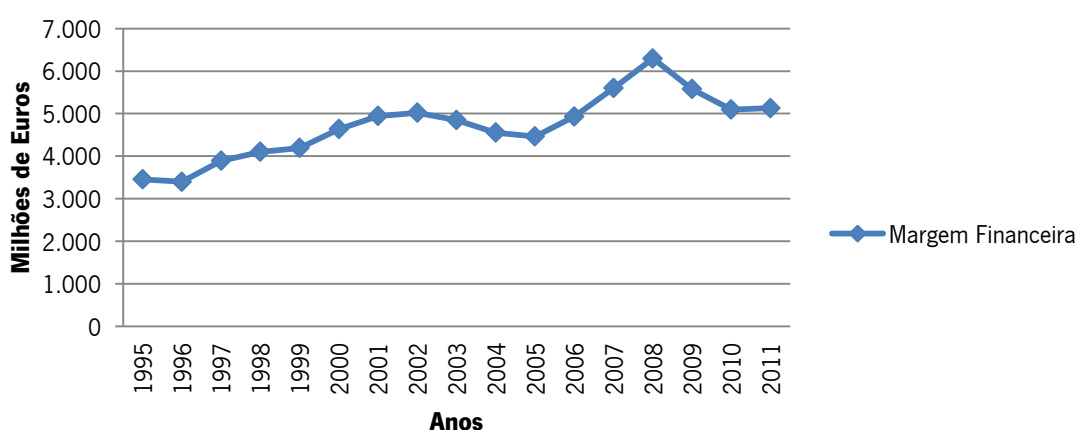
4.1.4.4. Conclusão

Registou-se uma diminuição tanto das taxas de juro dos depósitos como das taxas de juro dos empréstimos. Tal observação vai ao encontro das previsões feitas por Pinto (1997 e 1998) e Neto (1996), que referiam a possibilidade de vir a ocorrer uma diminuição das taxas de juro, com a introdução da moeda Euro.

No entanto, os mesmos autores enganaram-se na previsão de que a margem financeira iria ser afetada negativamente pela redução das taxas de juro. No caso concreto da Banca Portuguesa é possível constatar o inverso.

4.1.5. Intensificação da Concorrência

Gráfico 14 – Evolução temporal em Euros da Margem Financeira entre 1995 e 2011 para Portugal



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à margem financeira, verifica-se no Gráfico 14 que os valores na era Pós Euro são superiores aos valores da época Pré Euro, sendo notável uma tendência crescente de

1995 a 2008. A partir de 2008 é de notar uma descida do valor desta margem. Entre 1995 e 2011, a redução das taxas de juro tanto dos depósitos como dos empréstimos, não provocou um efeito negativo na margem financeira.

4.1.5.1. Conclusão

Nos anos Pré Euro, Pinto (1998), Morais e Martins (1998) e Vitorino (1999) referiam a possibilidade das taxas de juro virem a descer com a introdução da moeda única Europeia. Tal diminuição das taxas de juro faria com que a concorrência bancária se intensificasse, o que iria provocar uma diminuição na margem financeira dos bancos. No entanto, é possível constatar que apesar de ter havido uma diminuição nas taxas de juro, esta não provocou qualquer diminuição na margem financeira. Não tendo sido possível obter valores numéricos para a concorrência bancária, conclui-se que qualquer variação que tenha ocorrido na concorrência bancária pela diminuição das taxas de juro, não provocou redução das margens financeiras dos bancos portugueses.

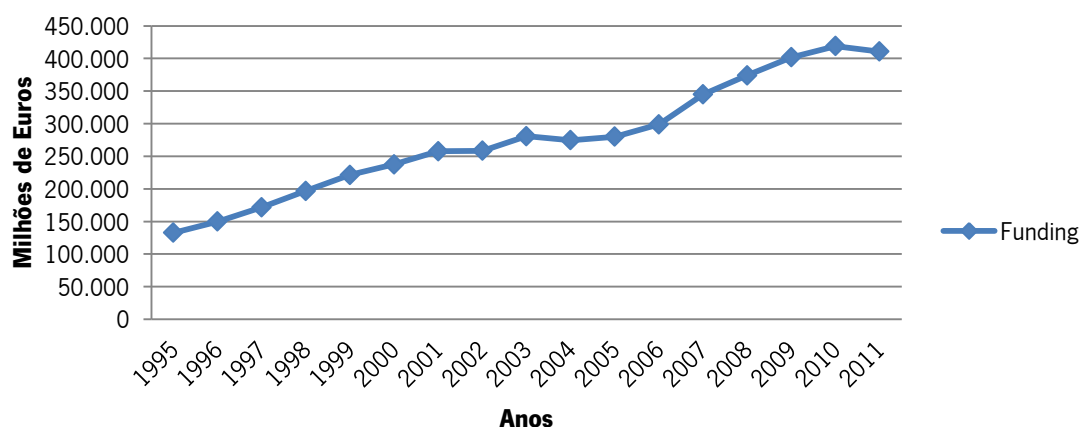
4.1.6. Custo do Funding

Quadro 17 – Indicador em termos monetários referente ao Funding entre 1995 e 2011 para Portugal

Indicador Anos	Funding	Indicador Anos	Funding
	Milhões de Euros		Milhões de Euros
1995	132.827	2004	274.635
1996	149.834	2005	280.140
1997	171.854	2006	298.837
1998	196.911	2007	344.814
1999	221.295	2008	374.119
2000	237.559	2009	401.741
2001	257.813	2010	419.078
2002	258.527	2011	410.686
2003	280.751		

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 15 – Evolução temporal em Euros do indicador Funding entre 1995 e 2011 para Portugal



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao recurso ao financiamento das entidades bancárias a operar em Portugal, observa-se (no Quadro 17 e Gráfico 15) que, no período de tempo da observação, ou seja, de 1995 a 2011, os bancos portugueses têm vindo a recorrer cada vez mais ao crédito. De 1995 até 2001 os valores do financiamento cresceram continuamente. Entre 2001 e 2006, é possível verificar um ligeiro abrandamento do recurso ao crédito, existindo mesmo em 2004 uma pequena diminuição. Porém, de 2006 a 2010, o financiamento da Banca Portuguesa retomou um ritmo crescente e constante, atingindo em 2010 o máximo de 419.078 milhões de Euros.

4.1.6.1. Conclusão

Apesar de Neto (1996) prever que os custos com o financiamento iriam aumentar, tal não foi possível de se verificar. No entanto, foi possível constatar que, em termos monetários, o montante financiado teve quase maioritariamente um ritmo constante de crescimento.

4.2. Vantagens

Nesta secção, analisar-se-á a evolução dos valores de cada indicador selecionado para quantificar cada efeito positivo esperado para o sistema bancário europeu e português, com a introdução da moeda única.

As vantagens aqui analisadas são a existência de uma Moeda Forte, a Baixa Inflação e a Maior Concorrência. A cada uma destas vantagens corresponderá uma análise e uma conclusão.

Para todos os indicadores existem dados para o caso concreto de Portugal, sendo que, para a Média dos 11 Países da UEM, apenas existem dados relativos à posse de uma Moeda Forte à Taxas de Inflação.

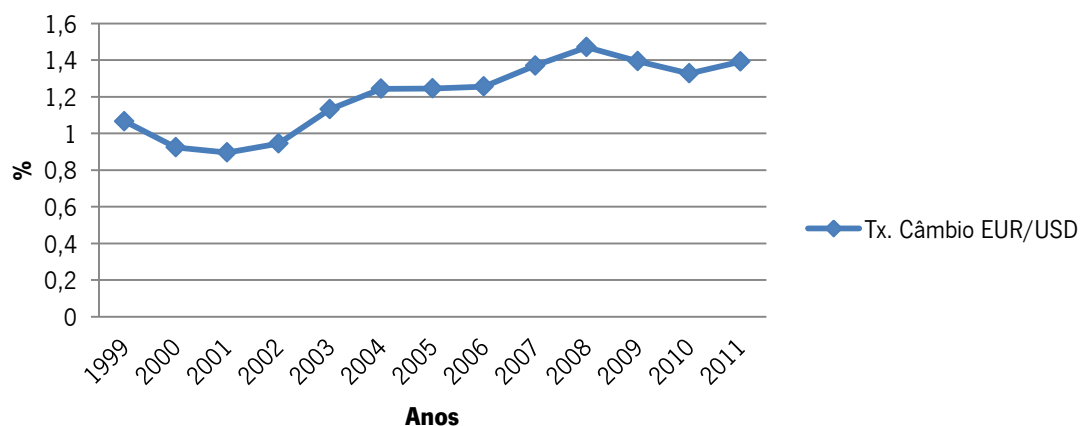
4.2.1. Uma Moeda Nacional Forte

Quadro 18 – Indicador em percentagem referente às Taxas de Câmbio EUR/USD entre 1999 e 2011

Indicador Anos	Taxas de Câmbio EUR/USD	Indicador Anos	Taxas de Câmbio EUR/USD
	Taxa		Taxa
1999	1,0663	2006	1,2558
2000	0,9244	2007	1,3704
2001	0,8961	2008	1,4709
2002	0,9455	2009	1,3942
2003	1,1317	2010	1,3275
2004	1,2435	2011	1,3924
2005	1,245		

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 16 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Câmbio EUR/USD entre 1999 e 2011



Fonte: Elaboração própria.

Analisando a evolução da taxa de câmbio do Euro face ao Dólar americano (no Quadro 18 e Gráfico 16), percebe-se que em 1999, data em que se introduziu a moeda única Europeia, o Euro estava apreciado face ao Dólar. Nos três anos seguintes a posição do Euro face ao dólar americano inverteu-se, tornando-se este último mais forte. A partir de 2003 a situação voltou a inverter-se, ficando o Euro relativamente mais forte e fortalecendo essa posição até 2008. Apesar de o Euro ter vindo a perder força face ao dólar dos EUA entre 2008 e 2011, o Dólar continua a estar depreciado face ao Euro.

A depreciação do dólar americano face ao Euro em 2004 é explicada, segundo o Boletim Económico da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, pelo aumento do défice das contas públicas e défice das transações correntes dos EUA. Tal situação originou um ambiente de incerteza face ao dólar americano.

Segundo a APB, a desvalorização do Euro face ao dólar americano em 2010 foi causado sobretudo pela perda da confiança dos investidores.

4.2.1.1. Conclusão

Dermine (1996) antevia que o Euro se iria tornar numa moeda forte a nível internacional, capaz de competir com o Dólar americano. No entanto, Bergsten (2010) pensa que a moeda Euro ainda não foi capaz de competir com o Dólar. Contrariamente a Bergsten (2010), Issing (2010) considera a criação moeda Euro como dos maiores êxitos a nível mundial. Issing (2010) não vê como uma surpresa o patamar que o Euro atingiu desde a sua criação, considerando-a a segunda moeda internacional mais importante, rivalizando com o Dólar americano.

A análise gráfica não nos permite tirar ilações no que toca à posição que a moeda Euro tem vindo a demonstrar nos mercados financeiros internacionais. Perante esta situação, também não é possível comprovar qual dos autores, Bergsten (2010) ou Issing (2010), foi o mais certo nas suas previsões. Apesar de tudo, globalmente pode-se concluir que o Euro é uma moeda forte.

4.2.2. Baixa Inflação

Quadro 19 – Indicador em termos monetários referente ao Crédito a Clientes entre 1995 e 2011 para Portugal

Anos	Indicador	Crédito a Clientes Total (balanço)
		Milhões de Euros
1995		55.915
1996		62.053
1997		75.492
1998		95.867
1999		120.721
2000		148.070
2001		165.210
2002		177.877
2003		180.940
2004		186.920
2005		201.366
2006		220.825
2007		255.537
2008		289.492
2009		296.571
2010		288.668
2011		278.324

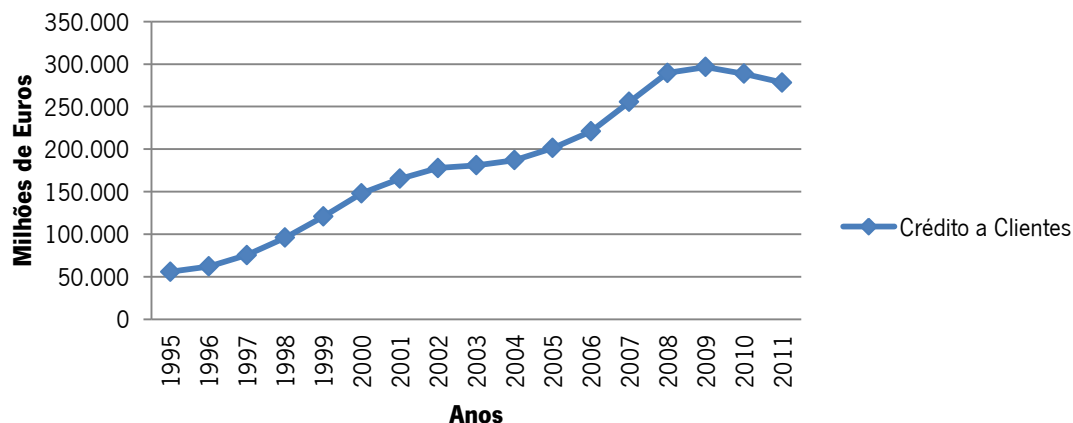
Fonte: Elaboração própria.

Quadro 20 – Indicador em termos monetários referente aos Empréstimos entre 1999 e 2011 para a média dos 11 países da UEM

Anos	Indicador	Empréstimos
		Milhões de Euros
1999		890.340
2000		947.407
2001		1.002.367
2002		1.044.927
2003		1.088.929
2004		1.152.284
2005		1.228.017
2006		1.336.509
2007		1.512.028
2008		1.606.286
2009		1.568.607
2010		1.569.001
2011		1.637.935

4.2.2.1. Portugal

Gráfico 17 – Evolução temporal em Euros do indicador Crédito a Clientes entre 1995 e 2011 para Portugal



Fonte: Elaboração própria.

Da análise do Quadro 19 e Gráfico 17, é possível verificar que a tendência crescente do volume do crédito a clientes que se verificou na época Pré Euro, de 1995 a 1998, manteve-se na era Pós Euro de uma forma bastante acentuada. Fazendo uma análise pormenorizada verifica-se que, de 1995 a 1998, houve um crescimento do crédito concedido em 39.951 milhões de Euros, no entanto o que se pode verificar é que a partir de 1999 houve um crescimento bem mais acentuado desta variável, chegando em 2009 a atingir os 296.571 milhões de Euros. Verifica-se também que só a partir de 2009 é que o crédito concedido começou a diminuir (até 2011).

O ligeiro abrandamento do crescimento desta rubrica entre 2008 e 2009 e o decréscimo entre 2009 e 2011, foi provocado diretamente, segundo a APB, pela recessão económica mundial que se começou a sentir a partir da crise financeira de 2008, a qual afetou, de forma particularmente nefasta, a economia portuguesa. Devido a esta recessão, os bancos portugueses tiveram dificuldade em obter financiamento, o que provocou falta de liquidez no setor, originando assim uma diminuição de concessão de crédito.

➤ **Credito concedido por setor de atividade**

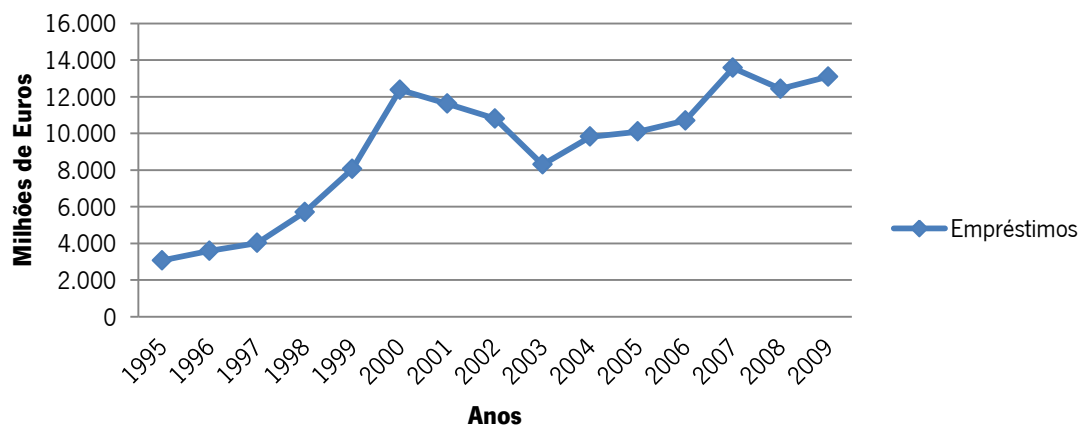
Quadro 21 – Indicador em termos monetários referente ao Crédito Concedido por Setor de Atividade entre 1995 e 2009 para Portugal

Indicador Anos	Intermediários Financeiros	Comp. Seguros e Fundos de pensões	Setor Público Administrativo	Emp. Não Financeiras e Particulares	Total
	Milhões de Euros	Milhões de Euros	Milhões de Euros	Milhões de Euros	Milhões de Euros
1995	3.068	534	1.217	43.745	48.563
1996	3.591	499	1.317	50.199	55.606
1997	4.020	584	1.337	62.639	68.580
1998	5.706	244	1.526	83.554	91.031
1999	8.061	344	1.601	106.379	116.385
2000	12.378	201	1.935	130.313	144.827
2001	11.617	200	2.768	147.359	161.944
2002	10.800	127	3.310	161.195	175.432
2003	8.295	127	3.633	166.590	178.645
2004	9.819	146	3.852	173.301	187.118
2005	10.098	81	4.238	186.491	200.908
2006	10.703	109	4.490	206.861	222.163
2007	13.571	68	4.568	228.888	247.095
2008	12.428	710	5.428	248.383	266.949
2009	13.091	672	5.911	255.773	275.447

Fonte: Elaboração própria.

- ***Intermediários financeiros***

Gráfico 18 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos a Intermediários Financeiros entre 1995 e 2009 para Portugal

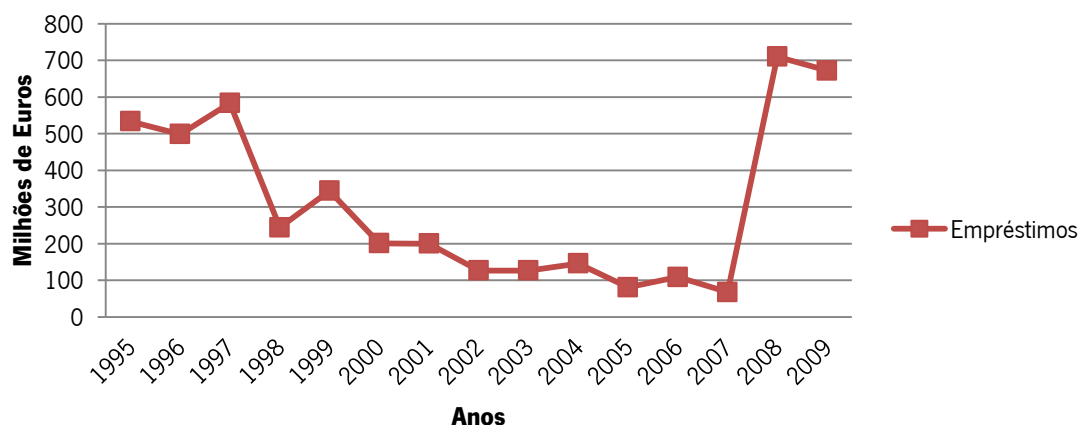


Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos empréstimos a intermediários financeiros é também possível constatar (no Quadro 18 e Gráfico 18) um aumento dos valores desde 1995 até 2009, tendo, no entanto, ocorrido algumas oscilações. Destaca-se o forte crescimento destes empréstimos desde 1997 até ao ano de 2000, inícios da era Pós Euro. No entanto, de 2000 a 2003, observa-se um decréscimo dos valores, invertendo-se esta trajetória a partir deste último ano até 2007. Apesar de, entre 2007 e 2008, os empréstimos terem decrescido novamente, verificou-se que de 2008 para 2009 estes voltaram a aumentar.

- ***Seguradoras e Fundos de Pensões***

Gráfico 19 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos a Seguradoras e Fundos de Pensões entre 1995 e 2009 para Portugal

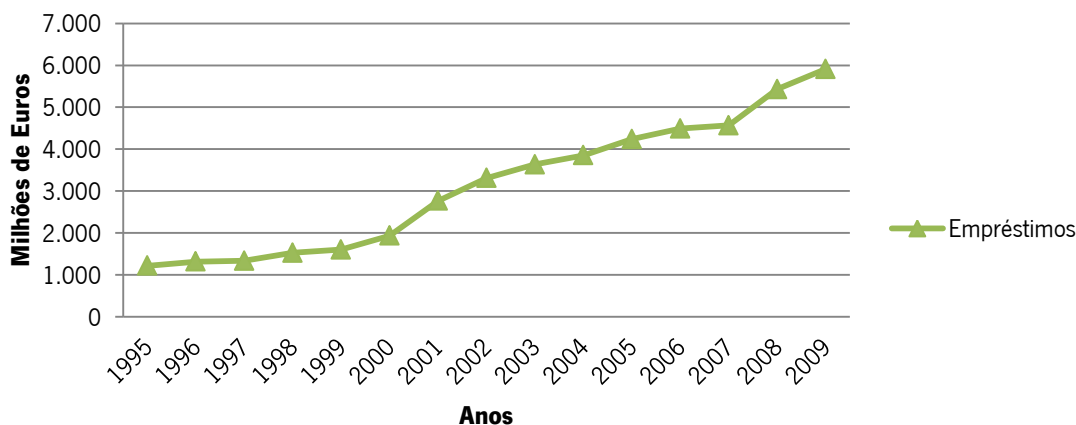


Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos empréstimos a companhias de seguros e fundos de pensões é possível constatar com o Gráfico 19 que, na época Pré Euro, os montantes concedidos foram superiores aos verificados na era Pós Euro, com exceção dos dois últimos anos da amostra. Nos anos Pré Euro a alteração mais significativa foi a diminuição destes empréstimos de 1997 para 1998. Na era Pós Euro verificou-se um decréscimo quase contínuo mas desacelerado de 1999 a 2007, de 2007 para 2008 constata-se a existência de um forte aumento dos empréstimos, seguido de uma ligeira diminuição de 2008 para 2009.

- ***Setor Público Administrativo***

Gráfico 20 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos ao Setor Administrativo entre 1995 e 2009 para Portugal

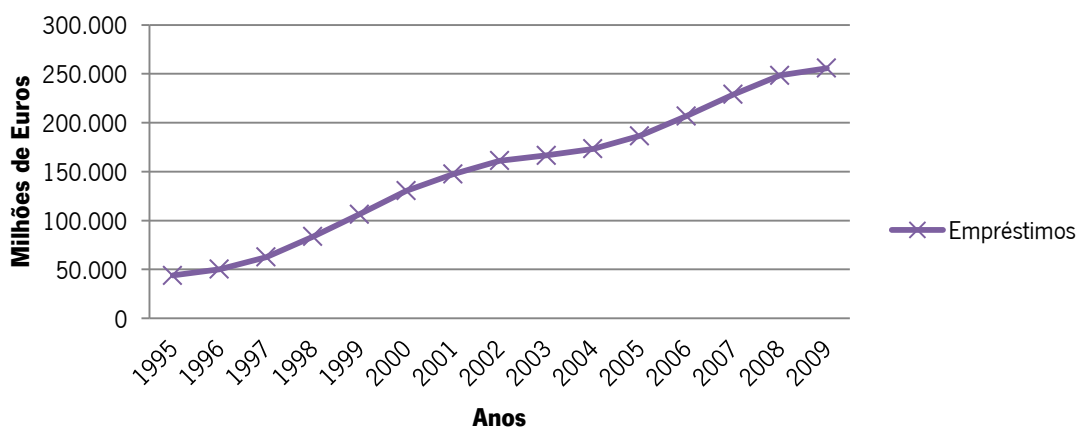


Fonte: Elaboração própria.

No que toca aos empréstimos ao setor público administrativo pode observar-se, no Gráfico 20, uma tendência crescente desde 1995 até 2009. Ainda de 1995 a 1998, e início da era Pós Euro, 1999 a 2000, os valores tenham tido uma tendência crescente mas não a um ritmo acelerado, tal intensificação verificou-se a partir de 2000, até 2009.

- ***Empresas Não Financeiras e Particulares***

Gráfico 21 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos a Emp. Não Financeiras e Particulares entre 1995 e 2011 para Portugal

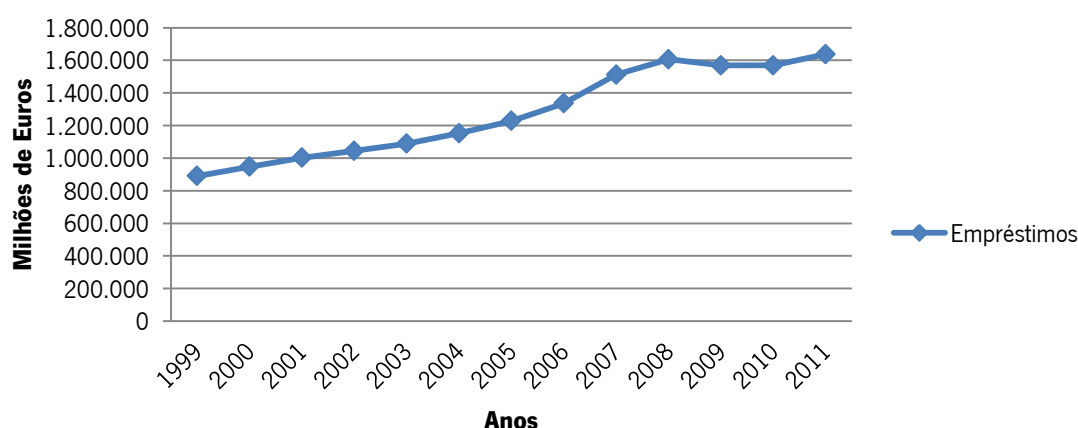


Fonte: Elaboração própria.

Relativamente aos empréstimos concedidos a empresas não financeiras e a particulares, pode-se verificar pelo Gráfico 21 que, no período de tempo da observação, de 1995 a 2009, o endividamento tem vindo a crescer a um ritmo constante.

4.2.2.2. Médias dos Países da UEM

Gráfico 22 – Evolução temporal em Euros do indicador Empréstimos entre 1995 e 2011 para a média dos 11 países da UEM



Fonte: Elaboração própria.

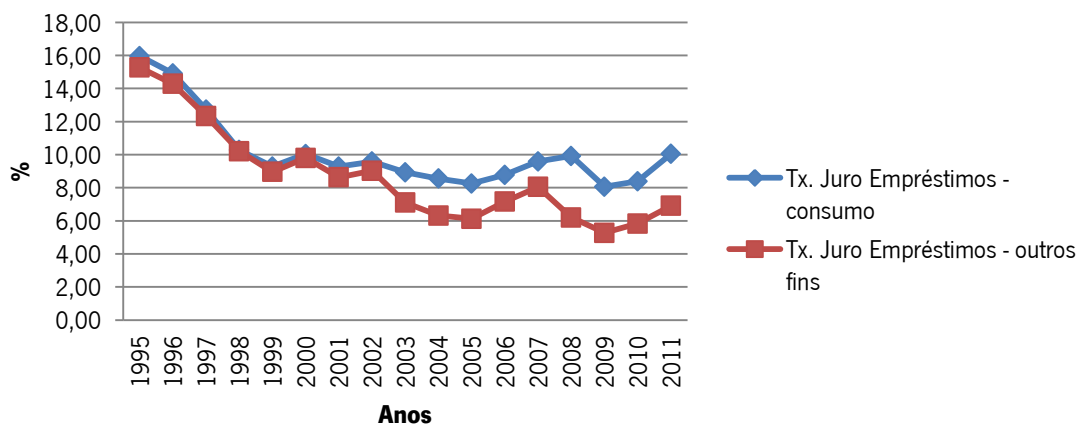
Fazendo uma análise à média dos empréstimos concedidos para os onze países da Zona Euro, verifica-se no Gráfico 22 que houve uma tendência de quase contínuo crescimento, desde 1999 até 2011, com exceção do ano de 2009, que registou uma ligeira descida do valor.

4.2.2.3. Conclusão

Tanto Beleza (1998) como Dermine (2002) previam que, se por um lado a diminuição das taxas de juro provocaria uma diminuição das margens financeiras das instituições bancárias, por outro lado iria favorecer os cidadãos através de maior facilidade na obtenção de crédito por parte dos cidadãos, o que iria por sua vez aumentar o volume de negócios para as entidades bancárias. A análise aqui efectuada permite comprovar tais previsões, tendo-se verificado um aumento contínuo no acesso ao crédito desde a introdução da moeda única europeia.

4.2.3. Maior Concorrência

Gráfico 23 – Evolução temporal em percentagem do indicador Tx. Juro Empréstimos entre 1995 e 2011 para a Portugal



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente às taxas de juro dos empréstimos para Portugal, é possível verificar no Gráfico 23 que entre 1995 a 1999 ocorreu uma redução contínua das taxas de juro tanto para o consumo como para outros fins. É possível observar que, a partir de 1999, ocorreram algumas oscilações até 2011. Apesar de a Taxa de Juro dos Empréstimos ao Consumo ter atingido praticamente o mesmo valor em 2011 em relação ao registado em 1999, na Taxa de Juro dos Empréstimos para Outros Fins, verificou-se uma ligeira descida em 2011. No entanto, em ambos os casos a tendência crescente e decrescente dos valores foi praticamente idêntica.

4.2.3.1. Conclusão

Na época Pré Euro, autores como Barbosa et al. (1999) referiram a possibilidade de um aumento da concorrência, provocada pela diminuição das barreiras nacionais à transação dos produtos e serviços financeiros. Esperava-se ainda que esse aumento da concorrência se pudesse vir a constatar também através da diminuição das taxas de juro. A análise realizada permite constatar que houve uma diminuição das taxas de juro dos empréstimos. No entanto, esta diminuição, sozinha, não permite inferir sobre uma intensificação da concorrência, nem se tal foi benéfica para as instituições bancárias.

4.3. Vantagens e Desvantagens não-quantificadas

Como mencionado anteriormente, uma das receadas desvantagens do Euro consistia na diminuição do serviço de *correspondent banking*. Mencionaram-se como vantagens o Sistema TARGET, a alteração do regime de reservas de caixa, o alargamento dos prazos de cedência de liquidez e as fusões no setor bancário. Não tendo forma de quantificar estas vantagens e desvantagens, serve esta secção para apresentar as conclusões de estudos existentes sobre estes aspectos.

Apesar de se ter previsto que o serviço de *correspondent banking* iria diminuir para os bancos dos países da Zona Euro, não foram encontradas evidências imediatamente posteriores que comprovassem tal previsão. Apenas um estudo recente do Euro sistema publicado pelo BCE em Abril de 2013, analisa a evolução deste serviço. A pesquisa abrangeu como amostra 24 bancos de 9 países da Zona Euro, que apresentaram um volume diário em contas loro⁴⁶ de pelo menos 1 bilião de Euros, para os anos 1999, 2000, 2002, 2003, 2005, 2007, 2010 e 2012. Este estudo não menciona os países que compõem a sua amostra. A alusão aos mesmos seria útil para esta dissertação que apenas estuda os onze países que inicialmente adotaram a moeda única europeia. Ainda assim, é conveniente destacar os resultados a que o BCE (2013) chegou.

Este estudo revelou que apesar do serviço de *correspondent banking* continuar a desempenhar atualmente um papel importante, a sua utilização caiu desde 2002 até 2012. As razões para esta diminuição podem ter sido várias, estando uma delas ligada diretamente com a introdução do Euro. De facto, com a implementação do Euro, deu-se início a um sistema integrado de pagamentos na moeda única Europeia, tendo os bancos da área Euro deixado de ter necessidade de ter contas em outros bancos dos Estados-Membros.

Outra das razões teve a ver com o aumento dos custos de manutenção das contas bancárias, que pôs em causa a necessidade de continuar a manter em abertas estas contas. O decréscimo do serviço de *correspondent banking* levou assim à diminuição do número de contas bancárias. Os titulares destas contas optaram apenas por mantê-las em aberto em uma ou duas instituições bancárias que prestassem um serviço mais atrativo e com melhores condições. Outra razão para o fecho de contas de *correspondent banking*, é a crise financeira que se iniciou em 2008 e que aumentou a desconfiança entre bancos.

⁴⁶ É o termo utilizado por um correspondente para descrever uma conta detida em nome de uma instituição de crédito estrangeira.

Verificou-se por fim que o declínio da prestação deste serviço prende-se com algumas alterações no setor bancário. Constatou-se que, a existência de algumas consolidações e fusões entre bancos pôs termo a diversas relações de *correspondent banking*.

No que se refere ao Sistema TARGET, é conveniente, antes de apontar as razões que fizeram dele uma mais-valia para os países que adotaram a moeda única Europeia, referir que o vínculo existente entre si e o Sistema de Pagamentos de Grandes Transações (SPGT) levou a que, a 4 de Janeiro de 1999 o SPGT passasse a efetuar operações a nível internacional.

O início das operações a nível internacional fez com que em termos globais, a quantidade de operações nacionais e transnacionais aumentasse, de 1998 para 1999, de 493.305 unidades para 644.414 unidades respetivamente. Como em 1998 apenas se efetuavam operações a nível doméstico, verificou-se que, de 1998 para 1999, se deu um forte decréscimo do valor destas operações, de 4.539.924 milhões de Euros para 1.478.448 milhões de Euros. No entanto, a perda verificada nas operações domésticas acabou por ser compensada pelo início das operações transnacionais.

O Relatório Anual de 1999 do BP chegou à conclusão de que o Sistema TARGET foi eficaz em alcançar os objetivos propostos. Verificou-se que este Sistema foi capaz não só de reduzir os riscos de pagamento no âmbito da UE, como também foi eficiente na correta integração dos países no mercado monetário Europeu.

Relativamente ao regime de reservas mínimas existente em Portugal, foi possível verificar que se alterou na era Pós Euro. A alteração ocorrida no regime de reservas mínimas conduziu à ampliação da sua base de incidência. Tal ampliação levou à introdução, no regime de responsabilidades por depósitos, de títulos de dívida emitidos e títulos do mercado monetário. Uma outra alteração introduzida nas reservas mínimas, e não menos importante, foi a sua constituição em períodos mensais.

Quanto às principais funções que se previam acompanhar este regime, nomeadamente a estabilidade das taxas de juro no mercado monetário, bem como o reforço da posição de défice estrutural de liquidez no sistema bancário, segundo o BP (1999), estas foram cumpridas

logo em 1999. Verificou-se também que em 2000, estas funções continuaram a ser desempenhadas com sucesso.⁴⁷

No que toca à previsão de Neto (1996) acerca do alargamento do prazo de cedência de liquidez para três meses, este verificou-se efetivamente. Coelho (2001) confirma a existência de uma alteração nas operações de refinanciamento das instituições bancárias. Estas operações passaram a estar divididas em dois tipos, operações principais de refinanciamento, com um prazo cedência de liquidez de 14 dias, e operações de prazo alargado, com um prazo de cedência de liquidez de 3 meses.

Quanto à previsão feita acerca do aumento do número de fusões entre instituições bancárias que a introdução do Euro iria proporcionar, Santos (2000) confirma a ocorrência deste processo no setor bancário português, logo em 1999. Segundo a mesma autora, o alargamento da quota de mercado levou a que os bancos sentissem a necessidade de ter uma dimensão que lhes permitisse competir no mercado europeu, sendo esta uma das razões para o aumento do número de fusões.

Para Lima et al. (2008), os finais dos anos 90 do século XX ficaram marcados para a Banca Portuguesa devido à inovação tecnológica. A aplicação de novas ferramentas de trabalho, a pressão dos clientes e a desregulamentação bancária, levaram a que, através de fusões, as entidades bancárias procurassem novas posições competitivas e reforçassem as já existentes.

4.4. Conclusão Geral do Estudo de Caso

O estudo de caso permitiu, através da análise individual de cada desvantagem e vantagem previstas com a introdução do Euro, chegar a conclusões bastante relevantes. Tendo-se já efetuado a análise comparativa, cabe agora aceitar/rejeitar as hipóteses formuladas no capítulo anterior.

- **Hipótese 1:** Com a introdução do Euro, as instituições bancárias incorreram em custos diretamente imputáveis ao seu funcionamento.

Foi possível constatar, em todos os custos, um aumento gradual dos valores nos anos subsequentes à entrada em vigor do Euro.

⁴⁷ Relatório Anual de 2000 do BP.

Logo, aceita-se a Hipótese 1.

- **Hipótese 2:** A adesão à moeda única Europeia levou à diminuição de cerca de 50.000 postos de trabalho no setor bancário.

Apesar de terem sido previstas perdas de postos de trabalho de 50.000 pessoas, foi possível constatar que a diminuição efectiva de empregos não foi tão elevada, quanto o previsto, mas efectivou-se.

Logo, aceita-se a Hipótese 2.

- **Hipótese 3:** A introdução da moeda Euro levou ao decréscimo progressivo das operações cambiais.

O presente estudo permite concluir que as operações cambiais tiveram um comportamento contrário ao esperado, não originando portanto perdas para o negócio bancário.

Logo, rejeita-se a Hipótese 3.

- **Hipótese 4:** A entrada em vigor do Euro levou à redução das taxas de juro, o que fez com que a margem financeira decrescesse.

De acordo com o estudo realizado é possível concluir que a Hipótese 4 não se verificou na sua totalidade. Apesar de realmente se ter verificado uma diminuição nas taxas de juro, foi possível constatar que esta não afetou negativamente a margem financeira dos bancos portugueses.

Logo, rejeita-se a Hipótese 4.

- **Hipótese 5:** A adesão à moeda única conduziu ao aumento da concorrência provocado pela diminuição das taxas de juro, levando por sua vez à redução da margem financeira. Apesar de ter ocorrido uma diminuição nas taxas de juro, esta não afetou negativamente a margem financeira. Por outro lado, não foi possível obter qualquer informação sobre o efeito provocado na concorrência, não sendo assim possível determinar se o seu aumento contribuiu negativamente para o setor bancário.

Logo, nada se conclui sobre a Hipótese 5.

- **Hipótese 6:** A introdução da moeda Euro levou à diminuição do serviço de *correspondent banking*.

Após a análise realizada ao serviço de *correspondent banking*, o estudo analisado permitiu concluir que a Hipótese 6 se verificou. No entanto, as causas para a diminuição deste serviço não estão apenas ligadas à introdução da moeda única.

Logo, aceita-se a Hipótese 6.

- **Hipótese 7:** A adesão à moeda Euro levou ao aumento do custo de funding.

Do estudo efetuado ao aumento do custo de funding, não foi possível chegar a qualquer conclusão relativa à veracidade da Hipótese 7. Neste caso concreto, apenas se pôde verificar a evolução que o montante de funding apresentou no período em análise.

Logo, nada se conclui sobre a Hipótese 7.

- **Hipótese 8:** A introdução do Euro levou à criação do Sistema TARGET, sendo que este contribuiu para a redução dos riscos de pagamentos, bem como para uma melhor integração no mercado monetário.

Segundo o Banco de Portugal, foi possível concluir que a Hipótese 8 se verificou na sua plenitude.

Logo, aceita-se a Hipótese 8.

- **Hipótese 9:** A posição de destaque que o Euro alcançou nos mercados financeiros internacionais, fez dela uma moeda capaz de competir com o dólar dos EUA.

Relativamente à Hipótese 9, apenas foi possível verificar que o Euro se tem mantido apreciado face ao dólar. A literatura aponta duas posições distintas face a esta previsão.

Uma afirma que o Euro se tornou na segunda moeda internacional mais importante, rivalizando com o Dólar americano. A outra posição afirma que o Euro ainda não foi capaz de competir realmente com o dólar dos EUA.

Logo, nada se conclui sobre a Hipótese 9.

- **Hipótese 10:** A adesão à moeda única conduziu à baixa inflação, que por sua vez originou uma diminuição das taxas de juro, levando a um aumento dos empréstimos.
O estudo efetuado demonstrou uma efetiva redução das taxas de juro após a introdução do Euro, que originou por sua vez uma maior facilidade no acesso ao crédito, tendo-se verificado com isso um aumento dos empréstimos concedidos.
Logo, aceita-se a Hipótese 10.
- **Hipótese 11:** A introdução da moeda Euro levou à alteração do regime de reservas de caixa.
Tendo em conta os dados fornecidos pelo Banco de Portugal, foi possível concluir que tal se verificou.
Logo, aceita-se a Hipótese 11.
- **Hipótese 12:** A adesão à moeda única Europeia levou ao alargamento dos prazos de cedência de liquidez para 3 meses.
Tendo em conta o estudo realizado por Coelho (2001), é possível afirmar que tal se verificou.
Logo, aceita-se a Hipótese 12.
- **Hipótese 13:** A entrada em vigor do Euro conduziu ao aumento da concorrência provocado pela diminuição das taxas de juro de empréstimos.
Apesar de se ter confirmado a ocorrência de uma redução nas taxas de juro, não foi possível verificar se a mesma provocou ou não um aumento da concorrência.
Logo, nada se conclui sobre a Hipótese 13.
- **Hipótese 14:** Com a introdução da moeda única verificou-se um aumento da concorrência, o que por sua vez levou a um aumento de fusões.
Apesar de não existirem dados que permitam atestar o efetivo aumento da concorrência, a literatura confirma um aumento do número de fusões.
Logo, aceita-se a Hipótese 14.

Capítulo V – Conclusão

A história da União Europeia ficou marcada pela terceira fase da União Económica e Monetária. Foi nesta fase que a moeda única, o Euro, foi introduzida nos onze países que em 1999 aderiram à UEM, Portugal fazendo parte deste grupo. Apesar de a criação de uma moeda comum ter sido considerada por muitos, um elemento complementar ao processo de integração financeira da UE, este foi sem dúvida um dos maiores passos no aprofundamento da integração europeia e na constituição de um verdadeiro mercado único de serviços financeiros à escala da União Europeia.

Passados treze anos, considerou-se oportuno observar e estudar quais os efeitos que a introdução do Euro teve no setor bancário dos onze primeiros países da Zona Euro, e em particular no setor bancário português.

Em primeiro lugar, recolheu-se informação bibliográfica sobre os efeitos, tanto negativos como positivos, que se esperava que a introdução do Euro tivesse sobre a actividade e resultados das instituições bancárias da Zone Euro e de Portugal, em particular.

Apresentadas todas as previstas vantagens e desvantagens do Euro sobre a Banca, o presente trabalho prosseguiu com a elaboração de um estudo de caso quantitativo comparativo e da análise de dados teóricos. A cada efeito esperado fez-se corresponder uma variável mensurável. Para cada variável comparou-se os respectivos valores registados nos anos Pré Euro com os valores apresentados na era Pós Euro. Concluiu-se assim sobre quais dos efeitos do Euro esperados efectivamente se fizeram sentir sobre a Banca.

Das sete desvantagens identificadas no estudo, concluiu-se que apenas três delas, os custos diretos de transição, a diminuição dos postos de trabalho e a diminuição do serviço de *correspondent banking*, foram realmente ao encontro das previsões avançadas na época que antecedeu a introdução da moeda única europeia.

Relativamente aos custos diretos, foram analisados os custos com as Tecnologias de Informação, os custos com Marketing e Relações Públicas, bem como os custos com Formação do Pessoal. A análise destes três custos permitiu chegar à conclusão de que houve um agravamento dos custos, ainda que não generalizado.

No que se refere à diminuição dos postos de trabalho no sistema bancário europeu, foi possível concluir que tal previsão se verificou, apesar de a mesma não ter sido tão acentuada quanto o esperado.

Quanto ao serviço de *correspondent banking*, apesar de se ter verificado realmente a diminuição deste serviço, houve apenas um fator menos favorável para a sua determinação. O estudo que o justifica foi efetuado para a Zona Euro, no entanto não aponta quais os países que dele fizeram parte.

Das restantes quatro desvantagens apresentadas no estudo, duas delas não foram ao encontro com o que havia sido previsto. Relativamente às operações cambiais, apesar de ter sido prevista uma diminuição dos valores desta rubrica, acabou por se verificar o inverso. Esperava-se que a redução das taxas de juro viesse a originar uma redução da margem financeira, no entanto também aqui se verificou o inverso.

Por fim, nas restantes duas desvantagens, referentes ao aumento da concorrência e ao custo de funding, os resultados apresentados não permitiram retirar qualquer conclusão sobre a efetivação do que havia sido previsto.

Relativamente às seis vantagens apresentadas, foi possível observar que em quatro delas as previsões foram certas. De acordo com o estudo efetuado, foi possível confirmar que, a previsão efetuada relativamente à tendência decrescente das taxas de juro originou um aumento dos empréstimos bancários. Foi também possível confirmar que a implementação do Sistema TARGET foi realmente benéfica, bem como as previsões feitas no âmbito alteração do regime de reservas e do alargamento dos prazos de cedência de liquidez estavam corretas.

No entanto, também no estudo das vantagens, relativamente a duas das previsões feitas, uma relativa à capacidade de o Euro vir a competir a nível mundial com o dólar americano, e outra que apontava que a maior concorrência seria benéfica para as instituições bancárias, os dados existentes não foram suficientes para se poder concluir sobre a sua ocorrência.

Pode-se globalmente concluir que as previsões efetuadas relativamente ao impacto do Euro sobre o sistema bancário dos países que inicialmente o adotaram, verificaram-se na sua maioria.

O presente trabalho viu-se limitado pela inexistência ou inacessibilidade de dados estatísticos, sendo que a literatura sobre este tema também se revelou diminuta.

Num futuro, espera-se que o acesso às bases de dados possa estar mais facilitado. Espera-se também que as bases de dados a que foi possível aceder possuam um maior número de elementos, para que seja possível desenvolver um estudo mais abrangente e mais preciso.

Referências Bibliográficas

Associação de Investidores e Analistas Técnicos in
http://www.thinkfn.com/wikibolsa/Market_maker

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 17. Ano: 1995.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 19. Ano: 1996.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 21. Ano: 1997.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 23. Ano: 1998.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 25. Ano: 1999.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 27. Ano: 2000.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 29. Ano: 2001.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 31. Ano: 2002.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 33. Ano: 2003.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 35. Ano: 2004.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 39. Ano: 2006.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 41. Ano: 2007.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 43. Ano: 2008.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 45. Ano: 2009.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 46. Ano: 2010.

Associação Portuguesa de Bancos – Boletim Informativo nº 47. Ano: 2011.

Associação Portuguesa de Bancos in
http://www.apb.pt/a_apb/apbnews/edicao_no_2/o_risco_sistemico_as_suas_origens_e_a_importancia_de_regular

Banco Espírito Santo in <http://www.b-a-bes.com/dicionario/letra/T>

Banco de Portugal – Relatório Anual de 1999.

Banco de Portugal – Relatório Anual de 2000.

Banco de Portugal in <http://www.bportugal.pt/pt-PT/SistemasdePagamento/PagamentosdeRetalho/Paginas/default.aspx>

Banco de Portugal in <http://www.bportugal.pt/pt-PT/SistemasdePagamento/PagamentosdeGrandeMontante/Paginas/default.aspx>

Banco Português de Investimentos in <http://www.bancobpi.pt/pagina.asp?s=2&f=329&opt=f&t=4&l=5>

Banco Central Europeu (2006). Orientação do Banco Central Europeu. *Jornal Oficial da União Europeia*, L352, pp. 1-90.

BPstat – Estatísticas Online in [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/\(S\(ygl2blal3dmapfis4yo54n45\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(ygl2blal3dmapfis4yo54n45))/SeriesCronologicas.aspx).

Barbosa, A. P. et al. (1999). *O impacto do euro na economia portuguesa*. Publicações Dom Quixote, 1ª Edição, ISBN: 972-20-1526-5.

Beleza, M. et al. (1998). Banca suporta o primeiro embate do euro. *Valor*, nº337, pp. XVI-XIX.

Bergsten, C. F. (2010). I Was a Euro Enthusiast. *Econ Journal Watch*. Vol. 7, No. 1, pp. 53-55.

Boletim Económico (2005). “2004: crescimento económico mundial com queda do dólar e subida do petróleo!”, Publicação trimestral da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, Vol. 2, No. 4, pp. 1.

Coelho, M. Â. O. R. F. (2001). “O Impacto do Euro no Setor Bancário Português: A Integração do Banco de Portugal no Sistema Europeus de Banco Centrais”. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Escola de Economia e Gestão.

Couto, E. (2009). *Introdução aos Mercados Financeiros*. Instituto de Formação Bancária.

Davidson, J. A., Ledger, A. R. & Viani, G. (1998). Wholesale Banking: The Ugly Implications of EMU. *The McKinsey Quarterly*, No. 1, pp. 66-81.

- Dermine, J. (1996). European Banking with a Single Currency. *Journal of Financial Markets, Institutions and Instruments*, 5 (5).
- Dermine, J. (2002). “European Banking, Past, Present, and Future”, in The Transformation of the European Financial System (Second ECB Central Banking Conference), eds V. Gaspar, P. Hartmann, and O Sleijpen, ECB, Frankfurt.
- Dicionário Financeiro – Investionário in <http://www.investionario.com.br/glossario/f/float-definicao-conceito-o-que-e/>
- EBF Banking Sector Statistic Database 2012 in <http://www.ebf-fbe.eu/index.php?page=statistics>
- Emerson, M. (1990). “One Market, One Money”. European Economy, Commission of the European Communities Directorate-General for Economic and Financial Affairs, No. 44.
- Enciclopédia Temática in http://www.knoow.net/cienceconempr/financas/private_banking.htm
- Enciclopédia Temática in <http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/economiasdegama.htm>
- Eurocid – Centro de Informação Europeia Jacques Delors in http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4808
- European Central Bank – Eurosystem (2013). “Eighth survey on correspondent banking in euro”, Payment and Settlement Systems Committee, ISBN: 978-92-899-0932-7.
- Instituto Nacional de Estatísticas – Statistics Portugal (Sistema Integrado Metainformação) in <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes?id=118&lang=PT>
- Investopedia in <http://www.investopedia.com/terms/c/correspondent-bank.asp>
- InvestorWords – Biggest, Best Investing Glossary in http://www.investorwords.com/6890/price_taker.html
- Issing, O. (2010). It Has Happened – And It Will Continue to Succeed. *Econ Journal Watch. Vol. 7, No. 1*, pp. 66-72.
- Jonung, L. & Drea, E. (2010). It Can’t Happen, It’s a Bad Idea, It Won’t Last: U.S. Economists on the EMU and the Euro, 1989-2002. *Econ Journal Watch. Vol. 7, No. 1*, pp. 4-52.

- Lima, M. P. et al. (2008). “Os quadros na banca portuguesa: processos de inovação, contextos de trabalho e enquadramento sindical”. Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS, Instituto de Ciências Sociais, 1ª Edição, Cap. 26, pp. 539-558.
- Marques, P. M. F. (2001). “A Análise do Risco e do Euro: Que Futuro em Portugal?”. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusíada de Lisboa.
- Mateus, A. M. (1993). *Reservas de caixa e dívida pública: para a readequação da política monetária à integração europeia*. Banco de Portugal, pp. 1-9.
- Mello, V. (1997). O impacto do euro no sector bancário. *O Economista- Anuário da economia portuguesa 1997*, pp. 106-110.
- Ministério das Finanças (1999). *Transição para a Moeda Única: A Preparação do Sistema Financeiro Português*. Banco de Portugal, ISBN: 972-9479-52-6.
- Morais, H. (1998). *A moeda única e a reforma do sistema financeiro*. Anuário JANUS: Relações com as grandes regiões do mundo, Ed. Jornal Público e Observatório de Relações Exteriores – Universidade Autónoma de Lisboa.
- Morais, H. (1999-2000). *As transformações do sistema financeiro*. Anuário JANUS: Dinâmicas e tendências das relações externas, Ed. Jornal Público e Observatório de Relações Exteriores – Universidade Autónoma de Lisboa.
- Morais, J. A. & Martins, M. C. (1998). *O euro - perguntas e respostas*. Publicações Europa – América, Lda., ISBN: 978-97-210-4449-4.
- Neto, J. M. (1996). O Euro e a Banca: a perspectiva de um Banco Português. *Revista da Banca*, No. 39, pp. 87-100.
- OANDA in <http://www.oanda.com/lang/pt/currency/historical-rates/>
- “pan-europeu”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/pan-europeu>
- Pinho, P. S. (2001). Using Accounting Data to Measure Efficiency in Banking: An Application to Portugal. *Applied Financial Economics – Vol. 11*, pp. 527-538.

- Pinto, A. M. (1997). O Euro e a Banca. *Inforbanca*, No. 33, pp. 26.
- Pinto, A. M. (1998). “ O Euro: Impacto na Economia e Efeitos na Banca Portuguesa”. Lese em Gestão Bancária. Instituto Superior de Gestão Bancária.
- Pinto, J. C. (1996). *O Euro: Impacto na Banca*. Instituto de Formação Bancária.
- Portugal, Ministério das Finanças (1999). *O euro e a política económica portuguesa/ Ministério das Finanças*. Gabinete de Comunicação Social do Ministério das Finanças, ISBN: 972-9244-51-0.
- Ribeiro, M. C. D. P. (2006). “Economia de escala e de gama e os efeitos da concentração na eficiência bancária.” Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho.
- Sandroni, P. (1999). *Novíssimo Dicionário de Economia*. Editora Best Seller, 1ª Edição.
- Santos, A. P. B. (2000). “Impacto da moeda única na estratégia da Banca Portuguesa: o caso de um Banco de Retalho face a um Banco Grossista”. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa.
- Santos, J. A. C. (2008). *O Euro e o Sistema Financeiro da Zona Euro*. Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários.
- Scheller, H. K. (2006). O Banco Central Europeu – História, Papel e Funções. *Banco Central Europeu, Eurossistema, 2ª Edição, Revista 2006*, ISBN: 978-92-899-0025-6.
- Scott, H. S. (1998). When the Euro Falls Apart. *International Finance*, Vol. 1, No. 2, pp. 207-228.
- Senhor Investidor – Agente Autônomo de Investimentos in <http://sriinvestidor.com/index.php/glossario>
- Sousa, A. (2009). A Economia Portuguesa no Contexto da União Económica e Monetária. Conferência: 10 anos do Sistema Europeus de Bancos Centrais, Associação Portuguesa de Bancos, pp. 1-9.
- Ucha, I. & Sande, P. A. (1999). *Como Viver com o Euro*. Cascais: PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas, 4ª Edição, ISBN: 972-8500-05-X.

Vitorino, J. Gomes. (1999). “ O Processo de Transição para o Euro: o Papel da Banca e o Impacto da Moeda Única sobre os Bancos”. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Wikipédia – A enciclopédia livre in http://en.wikipedia.org/wiki/Bid-offer_spread

World DataBank in <http://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.DPST>

World DataBank in <http://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LEND>